



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES- (“RMA”)
INDÚSTRIA DE RAÇÕES PATENSE LTDA. E OUTROS

PATOS DE MINAS - MG, 30 DE ABRIL DE 2026.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. FINALIDADE E METODOLOGIA UTILIZADA	4
3. DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL HOMOLOGADO	5
4. DOS MÚTUOS INTERCOMPANY	9
4.1. DA EXTENSÃO DO UNIVERSO DOCUMENTAL	11
4.2. DOS FUNDAMENTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS DA METODOLOGIA ADOTADA	12
4.3. DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO CONCURSAL E DA CONVENIÊNCIA DA CONVERSÃO DOS MÚTUOS EM AFAC	13
5. ANÁLISES REALIZADAS	14
5.1 ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA	14
5.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
5.1.2. CLIENTES.....	21
5.1.3. ESTOQUES	23
5.1.4. ADIANTAMENTOS.....	25
5.1.5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	28
5.1.6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	30
5.1.7. FORNECEDORES	34
5.1.10. RECEITA LÍQUIDA (RECEITA LÍQUIDA MENSAL/RECEITA LÍQUIDA ACUMULADA).....	40
5.1.11. CUSTOS OPERACIONAIS	43
5.1.12. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS.....	46
5.1.13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	49
5.1.14. DESPESAS COMERCIAIS.....	51
5.1.15. RESULTADO OPERACIONAL.....	53
5.1.16. ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	55
5.1.17. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	58
5.1.18. ENDIVIDAMENTO GERAL	60
5.1.19. COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	61
5.2. ANÁLISE DA CONTABILIDADE DOS PRODUTORES RURAIS	63
5.2.1. ANÁLISE DO ATIVO E PASSIVO PJ E PF	66
5.2.2. ANÁLISE GERAL.....	68



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

5.3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS.....	69
5.3.1. QUADRO DE EMPREGADOS.....	69
5.3.2. ANÁLISE E COMENTÁRIOS	69
6. CONCLUSÃO.....	71



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

1. INTRODUÇÃO

1. Em conformidade com o artigo 22, inciso II, alínea “c”, da Lei nº 11.101/2005 (“LFRJ”), apresenta-se o Relatório de Acompanhamento das Atividades do **GRUPO PATENSE**, em recuperação judicial (processo nº 5009533-36.2024.8.13.0480). O grupo é composto pelas seguintes empresas e indivíduos: INDÚSTRIA DE RAÇÕES PATENSE LTDA., PETS MELLON INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL LTDA., ADASEBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ANIMAIS LTDA., FAROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., FARICON AGRÍCOLA LTDA., PATENSE HOLDING LTDA., JUQUINHA PARTICIPAÇÕES LTDA., FORÇA PARTICIPAÇÕES LTDA., LALE PARTICIPAÇÕES LTDA., TAX PARTICIPAÇÕES LTDA., VILAÇA PARTICIPAÇÕES LTDA., PROFAT BRAZIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CLÊNIO ANTONIO GONÇALVES, REJANE MARQUES OLIVEIRA GONÇALVES, ANTONIO GONÇALVES JUNIOR, DANIELE CRISTINE BARBOSA, FERNANDO VILAÇA GONÇALVES, LEANDRO JOSÉ GONÇALVES, LARISSA LOPES BRAGA, LENITA VILAÇA GONÇALVES E MICHELE GONÇALVES MOURA.
2. Este **Relatório Mensal de Atividades (RMA)** abrange o período de **fevereiro de 2026** e foi elaborado com base em informações atualizadas e consolidadas do Grupo, oferecendo visão abrangente do desempenho financeiro, patrimonial e operacional no mês, em comparação com janeiro de 2026.
3. Para fins de escopo, registra-se que este RMA não substitui auditoria independente nem constitui relatório de asseguarção, sendo fundamentado em documentos, registros contábeis e informações fornecidas pelas Recuperandas, suscetíveis de ajustes decorrentes de revisões, conciliações e/ou procedimentos de auditoria.

2. FINALIDADE E METODOLOGIA UTILIZADA

4. A metodologia aplicada à elaboração deste Relatório Mensal de Atividades baseia-se na integração, consolidação e análise crítica das demonstrações contábeis, documentos fiscais e relatórios operacionais fornecidos pelas empresas integrantes do Grupo Patense, em recuperação judicial.
5. Adotou-se abordagem comparativa e sequencial, apta a aferir a evolução dos principais indicadores econômicos, financeiros e operacionais no período analisado, com ênfase no confronto entre os dados de janeiro de 2026, sem prejuízo da contextualização histórica dos saldos e variações mais relevantes observados ao longo da série acompanhada no âmbito da recuperação judicial.
6. Foram priorizadas a clareza, objetividade e a rastreabilidade das informações analisadas, orientando a mensuração da eficácia das medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial. A



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

estrutura analítica busca evidenciar tendências, desvios e riscos potenciais que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do Grupo.

7. Quando necessário à comparabilidade, foram realizadas reclassificações gerenciais, sem alteração do resultado consolidado, devidamente sinalizadas no corpo do relatório.
8. Ressalta-se que esta metodologia não substitui auditoria contábil independente, asseguarção limitada ou exame formal de controles internos. Trata-se de análise especializada, voltada à prestação de contas periódica e estruturada, com ênfase na confiabilidade das informações e na transparência do processo de reestruturação.
9. O objetivo central é subsidiar o Juízo, os credores e demais interessados com elementos técnicos confiáveis, possibilitando o acompanhamento efetivo da execução do Plano de Recuperação Judicial.

3. DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL HOMOLOGADO

10. A decisão de ID 10534211163 homologou o Plano de Recuperação Judicial, publicada em 10.09.2025 (ID 10534473615), constituindo marco inicial para a contagem dos prazos de algumas obrigações nele previstas (ID 10523689062).
11. Houve a comunicação de que o edital de publicidade da referida decisão foi veiculado no jornal Estado de Minas (ID 10541519175), de ampla circulação regional, bem como encaminhado à Serventia para remessa e publicação no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (ID 10541522561).
12. Cumpre destacar que a recente decisão prolatada em 28/11/2025 (ID 10589113231) examinou as manifestações apresentadas por diversos credores acerca do Plano de Recuperação Judicial, ocasião em que foi realizado o devido controle de legalidade do instrumento. Ademais, no que tange às estipulações constantes das cláusulas 5.4 e 9.1, o juízo recuperacional expressamente consignou que as Recuperandas “devem ser intimadas a comprovar, detalhadamente e de forma documental, o cumprimento de todas as obrigações vencidas relativas à UPI Bovinos e aos Financiamentos DIP/ACC (Cláusulas 5.4 e 9.1), devendo o Administrador Judicial fiscalizar e emitir parecer suplementar sobre o tema”.
13. O Grupo Recuperando juntou aos autos os editais referentes às alienações das UPIs, acompanhados das respectivas relações correlatas (ID 10595541439).
14. Na decisão de ID 10609680956, o procedimento competitivo de alienação da UPI Bovinos foi homologado, confira-se *in litteris*:

“38. O Banco Mercedes Benz do Brasil S/A e o Credit Partners FIDC impugnaram o Edital de Alienação da UPI Bovinos, requerendo a suspensão do certame sob o



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

argumento de que foram incluídos bens fiduciários extraconcursais, já objeto de Conflito de Competência no STJ (CC n.º 217468/SP).

39. A impugnação deve ser indeferida, e o processo de alienação deve ser mantido, pelas razões a seguir expostas.

40. A questão do Conflito de Competência suscitado pelo Banco Mercedes Benz (STJ – CC n.º 217468/SP) visou o direito de prosseguir na busca e apreensão de bens gravados com alienação fiduciária.

41. O deferimento da liminar pelo e. Ministro Relator teve como escopo a possibilidade de retomada dos bens fiduciários, afastando, provisoriamente, a competência do Juízo Universal sobre estes bens específicos, em vista do término do stay period e da natureza extraconcursal do crédito (Art. 49, § 3º, da LRF).

42. Contudo, a homologação do PRJ com a previsão de alienação de UPIs, nos termos do art. 60 da LRF, cria um novo cenário jurídico que submete a execução singular à regra da continuidade da empresa. A alienação da UPI, que compreende a totalidade dos ativos e obrigações a ela vinculados, tem como finalidade primordial a maximização do valor dos ativos e o cumprimento das obrigações da Recuperação Judicial.

43. O Edital da UPI Bovinos prevê expressamente que a alienação será realizada sob a égide do art. 141, II, da LRF, o qual estabelece a ausência de sucessão de dívidas pelo adquirente, e, mais importante, prevê a preservação dos direitos dos credores fiduciários. O próprio PRJ (Cláusula 1.2.67 e 2.2.1 do Edital) estabelece mecanismos de ajuste de preço e assunção de dívidas vinculadas a equipamentos ou veículos, garantindo que o crédito do Banco Mercedes Benz será integralmente preservado ou pelo recebimento do valor correspondente ou pela assunção da dívida pelo adquirente, com o consequente ajuste no preço de aquisição.

44. A realização da alienação da UPI Bovinos, com a venda do ativo pelo valor de R\$ 560.000.000,00, é o pilar central do soerguimento do Grupo Patense e não pode ser suspensa por uma disputa individual que encontra soluções expressas no próprio Plano.

45. O interesse da coletividade de credores, da manutenção da fonte produtora e dos empregos, prevalece sobre a execução individual do credor extraconcursal, desde que este tenha seu direito integralmente preservado, o que ocorre no presente caso. A alienação da UPI é medida de interesse público.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

46. Ademais, a notícia superveniente (Num. 10609046138), protocolada em 14/01/2026, é conclusiva: o processo competitivo da UPI Bovinos foi encerrado, e o Stalking Horse, Darling Ingredients Inc., foi declarado vencedor em face da ausência de outras propostas. A realização do negócio jurídico irretratável da UPI Bovinos, o qual já era previsto em contrato vinculante, consolida a reestruturação e demonstra a lisura e seriedade do certame.

47. Deste modo, a alienação da UPI Bovinos, que culminou na declaração do vencedor do certame, deve ser integralmente mantida, indeferindo-se os pleitos dos credores fiduciários. Eventual discussão acerca dos bens apreendidos deve ser resolvida na fase de conclusão do negócio (closing), mediante a aplicação dos ajustes de preço e obrigações de assunção de dívida previstos no edital e no PRJ.”

15. Além disso, verifica-se que o Administrador Judicial se manifestou sobre a questão, bem como acerca do outro ponto determinado na decisão de ID 10589113231, conforme manifestação constante no ID 10619598934.

16. Informa-se que os certames de oferta pública referentes às UPIs Plantas de Itarema, Camboriú, Paracity e Pets Mellon (IDs 10596263736, 10596263551, 10596273047 e 10596262961) apresentam procedimentos de habilitação distintos daquele previsto para a UPI Bovinos. Não obstante, não foi possível localizar nos autos documentação que comprove a habilitação de interessados especificamente nesses certames.

17. Ainda em outra frente, registra-se que a decisão de ID 10609680956 autorizou “as Recuperandas a promoverem a conversão dos mútuos intragrupo em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme pleiteado (Art. 50, XVII, LRF), e em vista do demonstrado benefício fiscal e contábil para o soerguimento do Grupo”, determinando a este Administrador Judicial a fiscalização da conversão, verificando a licitude dos valores e a regularidade contábil da operação, devendo reportar ao Juízo no Relatório Mensal de Atividades.

18. No que se refere a essa determinação, o pedido de autorização para conversão de dívidas oriundas de mútuos intragrupo em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), com fundamento no art. 50, XVII, da Lei nº 11.101/2005 (conversão de dívida em capital), abrange, conforme documentação apresentada (balancetes e demonstrativos de suporte), o total de R\$ 498.297.740,03.

19. Posteriormente, em 25/02/2026 (ID 10633106154), o Juízo recuperacional acolheu parcialmente os embargos de declaração opostos pela credora Bunge Alimentos S.A., consignando o seguinte:

“ [...] sanando a omissão apontada na decisão de ID 10609680956, determinar que a efetivação da conversão dos mútuos intragrupo em Adiantamento para Futuro



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Aumento de Capital (AFAC) fica condicionada à prévia e expressa verificação, pelo Administrador Judicial, da existência de prova documental idônea da efetiva transferência dos recursos, devendo tal constatação ser reportada nos autos”.

20. Em seguida, sobreveio decisão proferida no agravo de instrumento nº 1.0000.24.302906-3/124, a qual sobrestou os efeitos da decisão que autorizou conversão de dívidas oriundas de mútuos intragrupo em AFAC (ID 10639132884).

21. Além dessas questões a respeito da operação de conversão dos mútuos, cabe informar que, na decisão de ID 10633106154, o Juízo acolheu os embargos de declaração opostos pelo Banco Mercedes-Benz para esclarecer que:

“ao indeferir o pedido de suspensão do certame, o fez sob o fundamento de que os direitos do credor fiduciário estariam preservados pelos mecanismos de ajuste de preço e assunção de dívida previstos no PRJ e no edital. Contudo, a situação dos bens já apreendidos, cuja propriedade, em tese, não mais integraria o patrimônio das Recuperandas, demanda análise específica. Com efeito, uma vez consolidada a propriedade do bem em nome do credor fiduciário, este não mais pode ser considerado ativo da recuperanda para fins de alienação em processo competitivo, sob pena de se configurar venda a non domino. A solução genérica de remeter a discussão para a fase de closing não se mostra suficiente para endereçar a questão jurídica da titularidade do bem. Dessa forma, acolho os embargos para esclarecer que os 11 (onze) veículos cuja propriedade já se encontrava consolidada em favor do Banco Mercedes-Benz à época da publicação do edital estão, por consequência, excluídos do objeto da alienação judicial da UPI Bovinos. Eventual interesse do arrematante na aquisição de tais bens deverá ser objeto de negociação direta com o credor fiduciário, em transação apartada do processo de recuperação judicial. Quanto aos demais veículos gravados com alienação fiduciária e efetivamente alienados como parte da UPI Bovinos, o valor correspondente a tais ativos, apurado no contexto do preço global da arrematação, deverá ser segregado e destinado prioritariamente à satisfação do crédito extraconcursal titularizado pelo embargante, em estrita observância ao disposto no art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005.”

22. Nesse sentido, restou (i) deferido “o pedido de autorização para a realização do processo competitivo destinado à alienação da UPI Kenya”; (ii) aprovada “a minuta de edital apresentada (ID 10622892370) e (iii) homologada a qualificação da GDC Alimentos S/A como *stalking horse bidder*, assegurando-lhe o direito de preferência (*right to match*) nos termos da Proposta Vinculante”, além de determinado “ainda, que eventuais impugnações ao certame observem os requisitos do art. 66, § 1º, I, da Lei nº 11.101/2005.”



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
23. O edital de alienação da UPI Kenya foi juntado ao ID 10633345314.
24. Estas são as principais atualizações relativas aos recentes andamentos da recuperação judicial do Grupo Patense. Cumpre destacar que, embora tenha havido autorização judicial inicial para a operação de conversão dos mútuos em AFAC, posteriormente essa autorização foi condicionada à verificação específica dos referidos mútuos e, na sequência, a matéria foi sobrestada no âmbito recursal. De todo modo, até fevereiro de 2026, a operação não se materializou de forma regular, comprovada e contabilmente inequívoca.
25. Por fim, cabe destacar que, nos autos principais, verifica-se a manifestação de alguns credores em que se suscita possível descumprimento de pagamentos previstos no plano de recuperação judicial, assim como este Administrador Judicial recebeu comunicações, por e-mail, em sentido semelhante.
26. Ocorre que, em análise preliminar, já se constatou que parte das contagens de prazo adotadas pelos credores que noticiaram o alegado descumprimento não observou, de forma estrita, as regras de contagem estabelecidas no próprio plano, circunstância que pode impactar a definição do termo final para cumprimento das obrigações.
27. De toda forma, este Administrador Judicial informa que permanece realizando o devido monitoramento da questão e que já solicitou as informações e devidos comprovantes ao Grupo Recuperando sobre o pagamento dos créditos cujos vencimentos estavam previstos. Registra-se que o detalhamento dessas verificações será apresentado no RMA correspondente à análise do período do mês de março.
4. DOS MÚTUOS INTERCOMPANY
28. Em atenção à determinação de verificação da existência de prova documental idônea da efetiva transferência dos recursos entre sociedades do grupo, este Administrador Judicial procedeu à análise dos livros-razão auxiliares das recuperandas INDÚSTRIA DE RAÇÕES PATENSE Ltda., ADASEBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ANIMAIS LTDA., FARICON AGRÍCOLA EIRELI/LTDA., FAROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PETS MELLON INDÚSTRIA DE PRODUTOS P/ ALIMENTAÇÃO ANIMAL LTDA., PROFAT BRAZIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RAÇÕES PATENSE LTDA., especificamente no que concerne à conta contábil “Mútuos” (conta 22.930), abrangendo o período de 01/01/2025 a 28/02/2026.
29. O trabalho executado compreendeu o exame de 14 livros-razão em PDF, correspondentes a 7 relações *intercompany*, sempre com a verificação espelhada entre o registro da mutuante, como “mútuos a receber”, e o registro da mutuária, como “mútuos a pagar”.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

30. A conferência cruzada dos saldos revelou convergência substancial integral entre os registros contábeis das sociedades envolvidas, conforme demonstrativo sintético a seguir:

#	Mutuante	Mutuária	Saldo no livro da mutuária	Saldo no livro da mutuante	Diferença	Resultado
1	Patense	Adasebo	R\$ 122.204.971,00 C	R\$ 122.204.971,00 D	R\$ 0,00	CONFERE
2	Farol	Faricon	R\$ 79.025.486,53 C	R\$ 79.025.486,53 D	R\$ 0,00	CONFERE
3	Patense	Faricon	R\$ 67.202.388,45 C	R\$ 67.202.388,44 D	R\$ 0,01	CONFERE* ¹
4	Patense	Farol	R\$ 152.989.816,29 C	R\$ 152.989.816,31 D	R\$ 0,02	CONFERE* ²
5	Patense	Pets Mellon	R\$ 133.091.337,15 C	R\$ 133.091.337,13 D	R\$ 0,02	CONFERE* ³
6	Patense	Profat	R\$ 630.575,69 C	R\$ 630.575,69 D	R\$ 0,00	CONFERE
7	Patense	Rações Patense	R\$ 1.854.869,29 C	R\$ 1.854.869,29 D	R\$ 0,00	CONFERE

31. Cabe destacar que o total informado foi de R\$ 556.999.444,40, mas esse valor contempla todos os mútuos do grupo, inclusive o vínculo Farol x Faricon, no valor de R\$ 79.025.486,53. Por isso, se comparar esse total intercompany diretamente com o que a Patense tem a receber das controladas, vai parecer que existe diferença. Só que, na verdade, essa diferença ocorre porque o valor de Farol x Faricon não é crédito da Patense, e sim um mútuo entre controladas.

32. Separando corretamente:

Total intercompany informado: R\$ 556.999.444,40

(-) mútuo Farol x Faricon: R\$ 79.025.486,53

(=) total dos mútuos da Patense com as controladas: R\$ 477.973.957,87

33. No razão da Patense, esse total está em R\$ 477.973.957,86, ou seja, a diferença é de apenas R\$ 0,01, que é irrelevante

¹ Diferenças de centavos (R\$ 0,01 a R\$ 0,02), compatíveis, em tese, com rotinas de arredondamento de encargos acessórios, como IOF e juros, ou com parametrizações distintas entre sistemas contábeis, sem relevância material

² Diferenças de centavos (R\$ 0,01 a R\$ 0,02), compatíveis, em tese, com rotinas de arredondamento de encargos acessórios, como IOF e juros, ou com parametrizações distintas entre sistemas contábeis, sem relevância material

³ Diferenças de centavos (R\$ 0,01 a R\$ 0,02), compatíveis, em tese, com rotinas de arredondamento de encargos acessórios, como IOF e juros, ou com parametrizações distintas entre sistemas contábeis, sem relevância material



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

34. O resultado da diligência já concluída, portanto, é objetivo: os saldos contábeis registrados entre as sociedades mutuantes e mutuárias mostram-se espelhados e convergentes em todas as 7 relações intercompany examinadas, circunstância que evidencia a consistência interna dos lançamentos lançados na escrituração auxiliar das sociedades envolvidas.

4.1. DA EXTENSÃO DO UNIVERSO DOCUMENTAL

35. Sem prejuízo do resultado já obtido, é necessário consignar, com transparência técnica, a dimensão do universo documental subjacente à determinação judicial.

36. Os 14 livros-razão examinados totalizam 4.215 lançamentos individualizados por data, distribuídos entre as diversas relações de mútuo intragrupo.

Arquivo (livro-razão)	Nº de lançamentos
ADASEBO — mútuos a pagar (Patense x Adasebo)	413
FARICON — mútuos a pagar (Farol x Faricon)	19
FARICON — mútuos a pagar (Patense x Faricon)	316
FAROL — mútuos a pagar (Patense x Farol)	850
FAROL — mútuos a receber (Farol x Faricon)	20
PATENSE — mútuos a receber (Patense x Adasebo)	243
PATENSE — mútuos a receber (Patense x Faricon)	168
PATENSE — mútuos a receber (Patense x Farol)	762
PATENSE — mútuos a receber (Patense x Pets Mellon)	172
PATENSE — mútuos a receber (Patense x Profat)	44
PATENSE — mútuos a receber (Patense x Rações Patense)	17
PETS MELLON — mútuos a pagar (Patense x Pets Mellon)	292
PROFAT — mútuos a pagar (Patense x Profat)	44
RAÇÕES PATENSE — mútuos a pagar (Patense x Rações Patense)	855
TOTAL	4.215

37. Cada um desses lançamentos pode corresponder, na prática, a um ou mais documentos bancários de suporte, tais como extrato de débito da sociedade remetente, extrato de crédito da sociedade destinatária e comprovante da operação eletrônica respectiva, seja TED, PIX, DOC ou outro documento equivalente.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

38. Em termos operacionais, isso significa que a conferência individual e exaustiva do lastro bancário subjacente aos lançamentos já identificados demandaria a coleta, organização, indexação, leitura e correlação de algo entre 8.000 e 12.000 documentos bancários individuais, distribuídos por 7 sociedades, por múltiplas contas bancárias, em diferentes instituições financeiras, ao longo de 14 meses de movimentação.
39. Não se trata, portanto, de simples confronto linear entre um lançamento e um comprovante único. Em grande parte das situações, o rastreamento documental exige correlação bilateral entre as duas pontas da operação, verificação temporal, confirmação de valores, análise de históricos e tratamento de documentos extraídos de sistemas bancários distintos.
40. O quadro ora verificado evidencia acréscimo objetivo e substancial de complexidade, profundidade técnica, responsabilidade e carga operacional em relação ao cenário considerado quando da fixação originária dos honorários desta Administração Judicial. Não se está diante de diligência pontual ou de reforço episódico de atividade ordinária, mas de expansão material e continuada do espectro de atuação, marcada não apenas pelo acompanhamento de incidentes numerosos e juridicamente relevantes, mas também pelo expressivo volume de credores, requerimentos e manifestações apresentados nos autos, agora somados à etapa de fiscalização do efetivo cumprimento do plano de recuperação judicial e à necessidade de exame documental de larga escala.
41. Nesse contexto, mostra-se pertinente a abertura de discussão quanto à revisão da remuneração fixada para esta Administração Judicial, de modo a adequá-la à efetiva dimensão, complexidade e onerosidade supervenientemente assumidas no curso do processo, preservando-se a proporcionalidade entre os encargos concretamente desempenhados e a contraprestação devida.
42. Ademais, a depender do grau de aprofundamento documental que se pretenda imprimir à apuração em curso, poderá revelar-se igualmente necessária a contratação de auxiliar específico para essa finalidade, providência que, longe de afastar a necessidade de reavaliação remuneratória, antes a confirma, por demonstrar que a estrutura operacional exigida pelo caso já ultrapassa os limites ordinariamente pressupostos para a atuação regular da Administração Judicial.

4.2. DOS FUNDAMENTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS DA METODOLOGIA ADOTADA

43. A metodologia empregada até o presente momento não foi arbitrária nem simplificadora. Trata-se de abordagem compatível com técnicas consagradas de auditoria e revisão contábil, especialmente em universos documentais extensos, heterogêneos e de elevada materialidade.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
44. Embora a Administração Judicial não atue, no caso concreto, como auditor independente em sentido estrito, as Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria constituem parâmetro técnico subsidiário e idôneo para definir a extensão razoável dos procedimentos de verificação documental, sobretudo quando se está diante de população volumosa e necessidade de formação de juízo profissional fundamentado.
45. Nessa linha, a NBC TA 500 (R1) trata da suficiência e adequação da evidência de auditoria; a NBC TA 315 (R2) disciplina a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; a NBC TA 330 (R1) versa sobre as respostas aos riscos avaliados; e a NBC TA 530 disciplina, de modo específico, a amostragem em auditoria como técnica regular e válida para exame de populações numerosas.
46. A convergência bilateral dos saldos entre mutuante e mutuária, portanto, não substitui toda a prova bancária direta, mas constitui elemento técnico de elevada relevância para aferição da consistência da escrituração e para orientação racional das etapas subsequentes de aprofundamento documental.
47. Também sob o prisma jurídico, a relevância dos livros e registros contábeis é inequívoca. O art. 1.179 do Código Civil impõe ao empresário e à sociedade empresária a obrigação de manter sistema de contabilidade com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva. O art. 1.180 do mesmo diploma, por sua vez, reforça a centralidade do Diário e da escrituração regular na vida empresarial.
48. No âmbito processual, o art. 369 do Código de Processo Civil assegura às partes o emprego de todos os meios legais e moralmente legítimos de prova, ainda que não especificados no Código, ao passo que o art. 371 estabelece que o juiz apreciará a prova constante dos autos e indicará as razões da formação de seu convencimento.
49. Nesse cenário, os livros-razão auxiliares analisados possuem indiscutível valor documental como prova indireta qualificada. A coincidência de saldos entre registros mantidos por entidades distintas reduz de maneira expressiva a probabilidade de erro material, duplicidade inconsistente ou mero descompasso contábil entre as duas pontas das operações.
50. O universo examinado alcança montante global de aproximadamente R\$ 556.999.444,39 nas 7 relações intercompany analisadas, o que evidencia a materialidade do tema e reforça a utilidade probatória do procedimento já executado

**4.3. DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO CONCURSAL E DA CONVENIÊNCIA DA
CONVERSÃO DOS MÚTUOS EM AFAC**

51. À luz do contexto posteriormente esclarecido pelas recuperandas, cumpre ainda registrar que o pedido de tratamento dos mútuos intercompany como adiantamento para futuro aumento de



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

capital – AFAC, com sua posterior conversão em aumento de capital social, não traduz operação com efeito caixa nem importa pagamento de valores às credoras integrantes do grupo.

52. Em rigor, a operação projetada consubstancia mera substituição qualitativa de passivo exigível por participação societária, de sorte que as sociedades credoras do grupo não receberão numerário, vantagem financeira imediata, distribuição disfarçada de lucros ou qualquer forma de exaustão patrimonial em detrimento da coletividade concursal. A extinção das obrigações intercompany ocorrerá mediante entrega de quotas ou ações correspondentes, com reclassificação patrimonial do passivo para o patrimônio líquido.
53. Sob a ótica econômico-financeira, a medida se mostra potencialmente benéfica às devedoras e, por derivação, ao conjunto de credores alheios ao grupo, pois reduz o passivo atualmente contabilizado, melhora indicadores de alavancagem e solvência, racionaliza a estrutura de capital e elimina, ou ao menos reduz substancialmente, a despesa recorrente com IOF hoje incidente sobre a manutenção dos mútuos.
54. Não se identifica, assim, prejuízo jurídico ou econômico imediato para os credores extragrupo. Ao contrário, a capitalização dos mútuos tende a fortalecer a estrutura patrimonial das devedoras, incrementar sua capacidade de soerguimento e reduzir pressões financeiras desnecessárias, desde que a operação seja formalizada de maneira regular, observada a governança societária aplicável e refletida de forma transparente na escrituração contábil e nos atos societários pertinentes.
55. Por essas razões, esta Administração Judicial manifesta-se, em princípio, favoravelmente ao pedido de conversão dos mútuos em AFAC e posterior aumento de capital, por compreender que a medida não implica saída de caixa, não representa satisfação privilegiada de crédito intragrupo e se mostra alinhada, em tese, aos objetivos de reestruturação patrimonial e preservação da empresa

5. ANÁLISES REALIZADAS

5.1 ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA

56. A análise contábil-financeira do **Grupo Patense em fevereiro de 2026** confirma a permanência de quadro de fragilidade econômico-financeira, ainda marcado por liquidez restrita, elevado nível de endividamento e patrimônio líquido negativo. Em relação a janeiro de 2026, o mês apresentou oscilações patrimoniais e econômicas relevantes, com destaque para: (i) leve recomposição do ativo total; (ii) aumento do passivo circulante; (iii) redução moderada do passivo não circulante; (iv) piora do capital circulante líquido; (v) deterioração do patrimônio líquido negativo; e (vi) manutenção de resultado líquido deficitário.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

57. A documentação contábil analisada indica que tais oscilações não decorreram de um único evento isolado, mas de combinação entre recomposição de rubricas operacionais do circulante, acomodação da nova estrutura temporal do passivo, continuidade da retração de ativos permanentes e permanência de pressão financeira elevada sobre o resultado. A seguir, sintetizam-se as principais variações patrimoniais e financeiras observadas no comparativo janeiro/2026 → fevereiro/2026, com base em valores consolidados.

1. ATIVO TOTAL

58. O Ativo Total encerrou fevereiro/2026 em R\$ 979.947 mil, frente a R\$ 979.579 mil em janeiro/2026, representando aumento de aproximadamente R\$ 368 mil no mês, equivalente a +0,04%. Trata-se de variação patrimonial de baixa intensidade, revelando relativa estabilidade da base consolidada de ativos no período.

2. . ATIVO CIRCULANTE

59. O Ativo Circulante totalizou R\$ 230.875 mil em fevereiro/2026, ante R\$ 224.686 mil em janeiro/2026, o que representa aumento de R\$ 6.189 mil (+2,8%). As principais movimentações foram:

- **Disponível: R\$ 11.298 mil (jan/26: R\$ 11.397 mil; -R\$ 99 mil; -0,9%)**
- **Contas a Receber (CP): R\$ 57.912 mil (jan/26: R\$ 44.033 mil; +R\$ 13.879 mil; +31,5%)**
- **Estoques: R\$ 59.876 mil (jan/26: R\$ 65.141 mil; -R\$ 5.265 mil; -8,1%)**
- **Impostos a Recuperar (CP): R\$ 62.321 mil (jan/26: R\$ 64.189 mil; -R\$ 1.868 mil; -2,9%)**
- **Adiantamentos (CP): R\$ 20.030 mil (jan/26: R\$ 19.722 mil; +R\$ 308 mil; +1,6%)**
- **Despesas Antecipadas (CP): R\$ 9.145 mil (jan/26: R\$ 9.900 mil; -R\$ 755 mil; -7,6%)**
- **Outros Ativos (CP): R\$ 10.293 mil (jan/26: R\$ 10.304 mil; -R\$ 11 mil)**

60. A recomposição do ativo circulante decorreu principalmente do aumento de Contas a Receber, parcialmente compensado pela redução de Estoques, Impostos a Recuperar e Despesas Antecipadas. Em síntese, o circulante apresentou reforço nominal no mês, porém concentrado em rubrica cuja conversão em caixa depende de realização futura. Assim, embora o grupo de curto prazo tenha crescido, o caixa permaneceu em patamar reduzido frente às obrigações correntes, preservando a dependência do Grupo em relação ao giro operacional e à conversão tempestiva dos ativos correntes em liquidez efetiva.

3. ATIVO NÃO CIRCULANTE



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

61. O Ativo Não Circulante atingiu R\$ 749.073 mil em fevereiro/2026, frente a R\$ 754.893 mil em janeiro/2026, com redução de R\$ 5.820 mil (-0,8%). Os principais destaques foram:

- **Imobilizado: R\$ 526.623 mil (jan/26: R\$ 531.577 mil; -R\$ 4.954 mil; -0,9%)**
- **Intangível: R\$ 158.984 mil (jan/26: R\$ 159.536 mil; -R\$ 552 mil; -0,3%)**
- **Outros Ativos (LP): R\$ 56.371 mil (jan/26: R\$ 56.379 mil; -R\$ 8 mil)**
- **Ativo Fiscal Diferido: R\$ 590 mil (jan/26: R\$ 590 mil; estável)**
- **Créditos com Partes Relacionadas (LP): R\$ 631 mil (jan/26: R\$ 626 mil; +R\$ 5 mil; +0,8%)**
- **Despesas Antecipadas (LP): R\$ 896 mil (jan/26: R\$ 936 mil; -R\$ 40 mil; -4,3%)**
- **Impostos a Recuperar (LP): R\$ 1.018 mil (jan/26: R\$ 1.287 mil; -R\$ 269 mil; -20,9%)**
- **Investimentos: R\$ 3.788 mil (jan/26: R\$ 3.788 mil; estável)**
- **Ativo Biológico: R\$ 27 mil (jan/26: R\$ 27 mil; estável)**

62. A retração do não circulante concentrou-se, sobretudo, no Imobilizado, mantendo a trajetória de redução patrimonial dessa rubrica. O Intangível também voltou a recuar, porém em intensidade bastante inferior à observada em janeiro. A estabilidade de outras rubricas, como Investimentos, Ativo Fiscal Diferido e Ativo Biológico, evidencia que a redução do não circulante em fevereiro não foi homogênea, mas concentrada em contas específicas. Assim, o comportamento do mês indica continuidade da contração do ativo permanente, embora sem reprodução de evento isolado de magnitude semelhante ao do mês anterior.

4. PASSIVO CIRCULANTE

63. O Passivo Circulante alcançou R\$ 1.071.229 mil em fevereiro/2026, ante R\$ 1.057.120 mil em janeiro/2026, registrando aumento de R\$ 14.109 mil (+1,3%). Os principais componentes foram:

- **Empréstimos e Financiamentos (CP): R\$ 673.928 mil (jan/26: R\$ 672.185 mil; +R\$ 1.743 mil; +0,3%)**
- **Fornecedores (CP): R\$ 193.544 mil (jan/26: R\$ 184.498 mil; +R\$ 9.046 mil; +4,9%)**
- **Obrigações Sociais e Trabalhistas: R\$ 72.367 mil (jan/26: R\$ 69.142 mil; +R\$ 3.225 mil; +4,7%)**
- **Tributos (CP): R\$ 26.760 mil (jan/26: R\$ 27.708 mil; -R\$ 948 mil; -3,4%)**
- **Contas a Pagar – Aquisição de Controladas (CP): R\$ 74.795 mil (jan/26: R\$ 74.795 mil; estável)**



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- **Passivo de Arrendamento (CP): R\$ 16.699 mil (jan/26: R\$ 15.725 mil; +R\$ 974 mil; +6,2%)**
 - **Outros Passivos (CP): R\$ 13.136 mil (jan/26: R\$ 13.067 mil; +R\$ 69 mil)**

64. A recomposição do passivo circulante em fevereiro decorreu principalmente do aumento de Fornecedores, Obrigações Sociais e Trabalhistas e Passivo de Arrendamento, além de leve elevação das obrigações financeiras de curto prazo. O movimento interrompeu parcialmente a forte descompressão verificada em janeiro, reintroduzindo pressão adicional sobre o capital de giro. Em outras palavras, o alívio de curto prazo observado no início do exercício não se repetiu na mesma intensidade no mês subsequente.

5. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

65. O Passivo Não Circulante totalizou R\$ 448.752 mil em fevereiro/2026, ante R\$ 451.578 mil em janeiro/2026, o que representa redução de R\$ 2.826 mil (-0,6%). Os principais destaques foram:

- **Empréstimos e Financiamentos (LP): R\$ 213.180 mil (jan/26: R\$ 213.540 mil; – R\$ 360 mil; –0,2%)**
- **Tributos (LP): R\$ 36.387 mil (jan/26: R\$ 37.764 mil; –R\$ 1.377 mil; –3,6%)**
- **Fornecedores (LP): R\$ 119.075 mil (jan/26: R\$ 119.765 mil; –R\$ 690 mil; –0,6%)**
- **Contas a Pagar – Aquisição de Controladas (LP): R\$ 5.426 mil (jan/26: R\$ 5.426 mil; estável)**
- **Passivo Fiscal Diferido: R\$ 32.589 mil (jan/26: R\$ 32.589 mil; estável)**
- **Provisões para Contingências: R\$ 11.481 mil (jan/26: R\$ 11.254 mil; +R\$ 227 mil; +2,0%)**
- **Passivo de Arrendamento (LP): R\$ 17.893 mil (jan/26: R\$ 18.641 mil; –R\$ 748 mil; –4,0%)**
- **Outros Passivos (LP): R\$ 12.722 mil (jan/26: R\$ 12.600 mil; +R\$ 122 mil; +1,0%)**

66. Após a forte elevação observada em janeiro, o passivo não circulante apresentou em fevereiro comportamento de relativa estabilidade, com leve redução líquida. O mês não reproduziu a intensa migração de passivos do curto para o longo prazo observada anteriormente, indicando acomodação da nova estrutura temporal do passivo. A leitura econômica, portanto, é de manutenção do perfil alongado de parte relevante das obrigações, porém sem novo evento de reperfilamento material no período.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

67. O Patrimônio Líquido permaneceu negativo e apresentou nova deterioração, encerrando fevereiro/2026 em –R\$ 540.033 mil, frente a –R\$ 529.119 mil em janeiro/2026, ampliando o déficit



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

patrimonial em aproximadamente R\$ 10.914 mil (+2,1% de piora). A Reserva de Incentivos Fiscais passou de –R\$ 546.008 mil para –R\$ 556.916 mil, representando o principal movimento negativo do mês, enquanto Capital Social e Reserva de Capital permaneceram estáveis.

68. Diferentemente do movimento observado em janeiro, fevereiro não registrou melhora patrimonial relevante decorrente de ajustes de consolidação. Ao contrário, o saldo negativo voltou a se aprofundar, o que reforça que a recomposição patrimonial do Grupo ainda não se consolidou de forma estrutural.

- **Ativo Circulante (fev/26): R\$ 230.875 mil**
- **Passivo Circulante (fev/26): R\$ 1.071.229 mil**
- **CCL (fev/26): –R\$ 840.354 mil**

69. Em relação a janeiro/2026, quando o CCL era de –R\$ 832.434 mil, houve piora de aproximadamente R\$ 7.920 mil. O movimento decorreu do fato de que a elevação do ativo circulante não foi suficiente para compensar a recomposição do passivo circulante. Do ponto de vista técnico, fevereiro preservou parte da melhora obtida em janeiro, mas voltou a evidenciar deterioração do déficit de capital de giro, confirmando que o Grupo ainda depende de reestruturação continuada do passivo, disciplina de caixa e gestão rigorosa do giro operacional.

7. ENDIVIDAMENTO TOTAL

- **Passivo Exigível (PC + PNC): R\$ 1.519.981 mil**
- **Ativo Total: R\$ 979.947 mil**
- **Endividamento Geral: 155,1%**

70. **Interpretação:** para cada R\$ 1,00 em ativos, o Grupo sustenta cerca de R\$ 1,55 em obrigações exigíveis. Em relação a janeiro/2026, quando o índice era de 154,0%, houve piora de aproximadamente 1,1 ponto percentual.

- **ANÁLISE CONSOLIDADA DAS EMPRESAS INTEGRANTES DO GRUPO:**



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- **mar/25: R\$ 17.580 mil (-30,3%)**
 - **abr/25: R\$ 20.330 mil (+15,6%)**
 - **mai/25: R\$ 9.134 mil (-55,1%)**
 - **jun/25: R\$ 13.246 mil (+45,1%)**
 - **jul/25: R\$ 11.372 mil (-14,1%)**
 - **ago/25: R\$ 7.107 mil (-37,5%)**
 - **set/25: R\$ 10.924 mil (+53,7%)**
 - **out/25: R\$ 8.652 mil (-20,8%)**
 - **nov/25: R\$ 6.974 mil (-19,4%)**
 - **dez/25: R\$ 10.619 mil (+52,3%)**
 - **jan/26: R\$ 11.397 mil (+7,3%)**
 - **fev/26: R\$ 11.298 mil (-0,9%)**

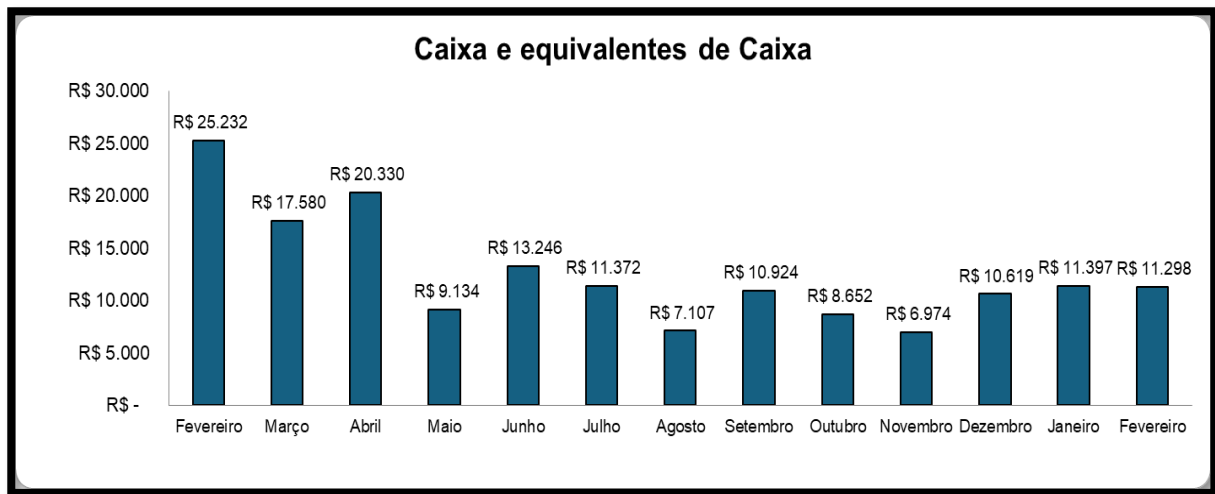
73. Leitura: Na visão consolidada da série, o caixa apresentou redução acumulada de aproximadamente 55,2% entre fevereiro/2025 e fevereiro/2026 (R\$ 25.232 mil → R\$ 11.298 mil), confirmando a persistência de quadro de liquidez pressionada, ainda que com oscilações relevantes ao longo do período.

74. Em fevereiro/2026, o saldo de disponível representou aproximadamente 4,9% do Ativo Circulante, que totalizou R\$ 230.875 mil, mantendo baixa participação relativa dentro da estrutura de curto prazo. Embora o caixa tenha permanecido praticamente estável em relação a janeiro, o patamar absoluto segue reduzido quando confrontado com a necessidade de sustentação da operação e com o histórico de exigibilidade de curto prazo do Grupo.

75. Sob a ótica gerencial, a leve retração de fevereiro não altera substancialmente o diagnóstico financeiro do mês anterior. O comportamento da rubrica sugere manutenção de controle de caixa em nível mínimo operacional, sem recomposição relevante da liquidez imediata. Em outras palavras, o Grupo preservou o saldo disponível em faixa semelhante à de janeiro, mas sem avanço material capaz de caracterizar reforço efetivo da posição financeira de curtíssimo prazo.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



5.1.2. CLIENTES

ATIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	% EV (jan/fev)	mar/25	% EV (fev/mar)	abr/25	% EV (mar/abr)	mai/25	% EV (abr/mai)	jun/25	% EV (mai/jun)	jul/25	% EV (jun/jul)	ago/25	% EV (jul/ago)	set/25	% EV (ago/set)	out/25	% EV (set/out)	nov/25	% EV (out/nov)	dez/25	% EV (nov/dez)	jan/26	% EV (dez/jan)	fev/26	% EV (jan/fev)
Ativo Circulante	321.768	100%	303.224	94%	293.787	91%	286.327	89%	284.685	88%	264.519	82%	252.049	78%	254.786	79%	266.494	83%	266.814	83%	265.342	83%	224.686	69%	230.875	71%
Contas a receber	82.166	118%	73.586	90%	64.644	78%	74.377	90%	68.560	92%	56.159	82%	52.935	94%	49.976	94%	50.615	101%	53.555	106%	90.837	170%	44.033	49%	57.912	132%

76. Os saldos consolidados de Contas a Receber do Grupo Patense encerraram fevereiro/2026 em R\$ 57.912 mil, conforme balanço patrimonial, representando elevação de 31,5% em relação a janeiro/2026, quando o saldo era de R\$ 44.033 mil. O movimento interrompe a retração acentuada observada no início do exercício e sinaliza recomposição relevante da carteira de clientes no mês, com impacto direto sobre a dinâmica do capital de giro e sobre a necessidade de monitoramento da liquidez operacional.

77. Evolução mensal – – fev/25 → fev/26 (var. vs. mês anterior):

- fev/25: R\$ 82.166 mil (+17,8%)
- mar/25: R\$ 73.586 mil (−10,4%)
- abr/25: R\$ 64.644 mil (−12,1%)
- mai/25: R\$ 74.377 mil (+15,1%)
- jun/25: R\$ 68.560 mil (−7,8%)
- jul/25: R\$ 56.159 mil (−18,1%)
- ago/25: R\$ 52.935 mil (−5,7%)



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- set/25: R\$ 49.976 mil (-5,6%)
 - out/25: R\$ 50.615 mil (+1,3%)
 - nov/25: R\$ 53.555 mil (+5.8%)
 - dez/25: R\$ 90.837 mil (+69,6%)
 - jan/26: R\$ 44.033 mil (-51,5%)
 - fev/26: R\$ 57.912 mil (+31,5%)

78. **Leitura.** A trajetória da carteira de clientes em fevereiro/2026 revela retomada relevante após o forte recuo registrado em janeiro. O saldo de R\$ 57.912 mil permaneceu abaixo do patamar de fevereiro/2025 (R\$ 82.166 mil), mas superou com folga o nível observado no mês anterior, recolocando a rubrica em faixa mais próxima da média verificada ao longo do segundo semestre de 2025.

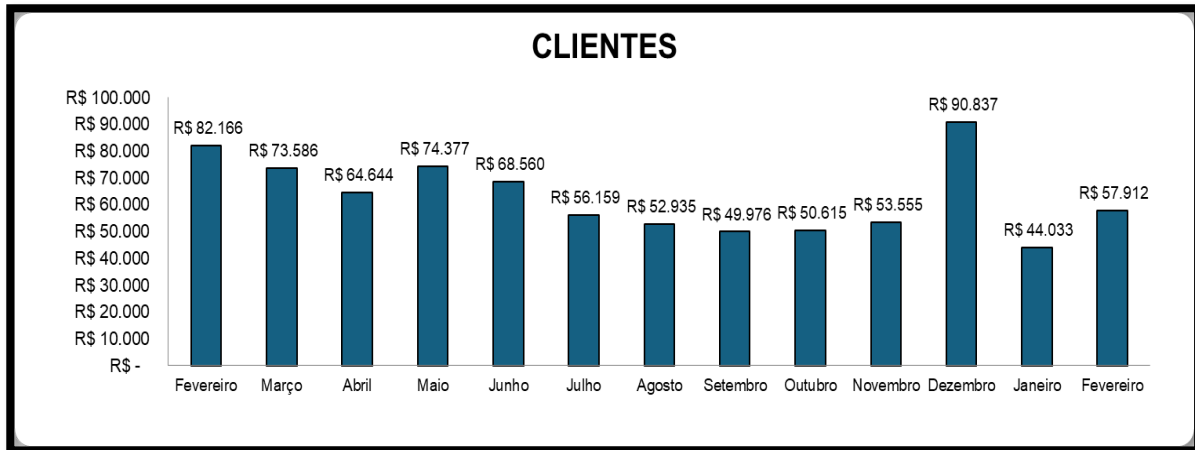
79. Em termos comparativos, o saldo de fevereiro/2026 ficou aproximadamente 29,5% abaixo de fevereiro/2025, mas apresentou recuperação de R\$ 13.879 mil frente a janeiro/2026. Isso demonstra que a carteira voltou a crescer de forma expressiva no início do novo exercício, após a forte compressão do mês anterior.

80. Sob a ótica do capital de giro, o saldo de Contas a Receber em fevereiro/2026 representou aproximadamente 25,1% do Ativo Circulante (R\$ 57.912 mil / R\$ 230.875 mil), percentual superior ao de janeiro/2026, quando a rubrica equivalia a cerca de 19,6% do circulante. Já a relação Clientes/Caixa em fevereiro atingiu aproximadamente 5,13x (R\$ 57.912 mil / R\$ 11.298 mil), acima da verificada em janeiro (3,86x), indicando aumento da pressão relativa dos recebíveis sobre a liquidez imediata.

81. Em síntese, a recomposição da carteira em fevereiro amplia nominalmente o volume de ativos correntes a realizar, mas também volta a elevar a dependência do Grupo em relação à conversão tempestiva desses recebíveis em caixa. Assim, embora o crescimento da rubrica possa refletir retomada comercial ou recomposição operacional da carteira, ele exige leitura cautelosa sob a perspectiva da liquidez, da qualidade dos créditos e do risco de inadimplência.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



- A elevação de 31,5% da carteira em fevereiro representa recomposição relevante após a retração abrupta observada em janeiro/2026.
- O crescimento da rubrica melhora nominalmente o Ativo Circulante, mas também amplia a dependência do Grupo da realização financeira desses créditos.
- O aumento da relação Clientes/Caixa sugere maior sensibilidade da liquidez imediata à capacidade de cobrança e à pontualidade dos recebimentos.
- Na ausência, neste recorte, de dados detalhados sobre aging, provisão, inadimplência e concentração por cliente, permanece limitada a avaliação qualitativa da carteira remanescente.
- O comportamento da conta em fevereiro recomenda acompanhamento mais próximo para distinguir se houve expansão comercial efetiva, reclassificação contábil ou simples reacomodação da carteira após as baixas de janeiro.

5.1.3. ESTOQUES

ATIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	% EV (jan/fev)	mar/25	% EV (fev/mar)	abr/25	% EV (mar/abr)	mai/25	% EV (abr/mai)	jun/25	% EV (mai/jun)	jul/25	% EV (jun/jul)	ago/25	% EV (jul/ago)	set/25	% EV (ago/set)	out/25	% EV (set/out)	nov/25	% EV (out/nov)	dez/25	% EV (nov/dez)	jan/26	% EV (dez/jan)	fev/26	% EV (jan/fev)
Ativo Circulante	321.788	100%	303.224	94%	283.787	97%	285.327	97%	284.885	100%	284.519	93%	252.049	95%	254.786	101%	256.494	101%	256.814	100%	265.342	103%	224.686	85%	230.875	103%
Estoques	78.996	94%	77.729	101%	77.863	100%	71.284	92%	68.027	95%	64.353	95%	62.451	97%	66.406	106%	72.357	109%	70.512	97%	68.907	98%	65.141	95%	59.876	92%

82. O saldo consolidado de Estoques encerrou fevereiro/2026 em R\$ 59.876 mil, registrando redução de 8,1% em relação a janeiro/2026, quando o saldo era de R\$ 65.141 mil. O movimento dá continuidade à trajetória de ajuste observada no início de 2026 e reforça a manutenção de postura mais conservadora na alocação de capital de giro nessa rubrica, em linha com o contexto de liquidez ainda restrita.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

83. Trajetória dos estoques: fev/25 → fev/26 (var. m/m):

- fev/25: R\$ 76.986 mil (-5,6%)
- mar/25: R\$ 77.729 mil (+1,0%)
- abr/25: R\$ 77.863 mil (+0,2%)
- mai/25: R\$ 71.284 mil (-8,4%)
- jun/25: R\$ 68.027 mil (-4,6%)
- jul/25: R\$ 64.353 mil (-5,4%)
- ago: R\$ 62.451 mil (-3,0%)
- set: R\$ 66.406 mil (+6,3%)
- out: R\$ 72.357 mil (+9,0%)
- nov: R\$ 70.512 mil (-2,6%)
- dez/25: R\$ 68.907 mil (-2,3%)
- jan/26: R\$ 65.141 mil (-5,5%)
- fev/26: R\$ 59.876 mil (-8,1%)

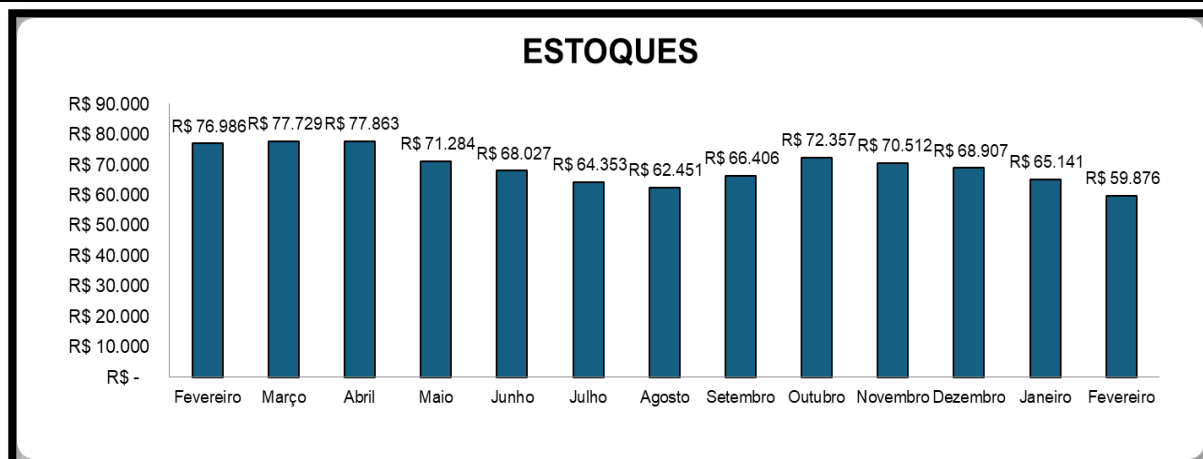
84. **Leitura:** Na visão consolidada da série, os estoques apresentaram redução acumulada de aproximadamente 22,2% entre fevereiro/2025 e fevereiro/2026 (R\$ 76.986 mil → R\$ 59.876 mil), confirmando tendência de contenção do capital de giro imobilizado nessa conta. O comportamento recente evidencia que, após a recomposição observada em setembro e outubro de 2025, o Grupo voltou a operar com trajetória descendente mais consistente, com sucessivas reduções em novembro, dezembro, janeiro e agora fevereiro.

85. Em fevereiro/2026, os estoques representaram aproximadamente 25,9% do Ativo Circulante (R\$ 59.876 mil / R\$ 230.875 mil), permanecendo como rubrica de elevada materialidade dentro do circulante, embora com peso relativo inferior ao verificado em janeiro/2026, quando essa participação era de aproximadamente 29,0%. O movimento indica descompressão adicional do capital de giro aplicado em inventários no início do exercício.

86. Sob a ótica gerencial, a nova redução de fevereiro sugere continuidade do esforço de racionalização das compras, maior disciplina de reposição e possível intensificação do giro comercial e produtivo. Em ambiente de liquidez limitada, a redução dos estoques tende a ser positiva, pois diminui a imobilização de recursos em ativos de menor liquidez imediata. Ainda assim, a recorrência de quedas sucessivas exige acompanhamento para evitar efeitos adversos sobre abastecimento, regularidade operacional e capacidade de atendimento da demanda.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



- **COMENTÁRIOS:**
- A dinâmica observada em fevereiro/2026 é compatível com cenário de preservação do capital de giro e foco em maior eficiência na gestão dos estoques.
- A redução de 8,1% no mês aprofunda o ajuste já verificado em janeiro, sinalizando manutenção de política prudencial na administração da rubrica.
- Nos demonstrativos apresentados, não há indicação específica de perdas por redução ao valor recuperável, de modo que a oscilação aparenta decorrer predominantemente de decisões operacionais ligadas a compra, produção, reposição e giro.
- A menor participação relativa dos estoques no Ativo Circulante contribui para aliviar a pressão sobre a liquidez, mas permanece necessária a análise contínua do mix, da rotatividade, da validade, da obsolescência e da aderência dos saldos às necessidades da operação.

5.1.4. ADIANTAMENTOS

ATIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev25	% EV (jan/fev)	mar25	% EV (fev/mar)	abr25	% EV (mar/abr)	mai25	% EV (abr/mai)	jun25	% EV (mai/jun)	jul25	% EV (jun/jul)	ago25	% EV (jul/ago)	set25	% EV (ago/set)	out25	% EV (set/out)	nov25	% EV (out/nov)	dez25	% EV (nov/dez)	jan26	% EV (dez/jan)	fev26	% EV (jan/fev)
Ativo Circulante	321.768	100%	303.224	94%	293.787	91%	285.327	89%	284.685	100%	264.519	93%	262.049	95%	264.786	101%	266.484	101%	266.814	100%	265.342	100%	224.686	85%	230.875	103%
Adiantamentos	46.326	102%	47.013	101%	47.105	100%	46.436	99%	46.439	100%	45.137	97%	45.327	100%	44.245	98%	44.444	100%	43.944	99%	18.983	43%	19.722	104%	20.030	102%

87. O saldo consolidado de Adiantamentos do Grupo Patense encerrou fevereiro/2026 em R\$ 20.030 mil, registrando elevação de 1,6% em relação a janeiro/2026, quando o saldo era de R\$ 19.722 mil. Apesar da nova recomposição no mês, a rubrica permaneceu em patamar substancialmente inferior ao histórico observado ao longo de 2025, quando, até novembro, os saldos se mantinham, em regra,



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

na faixa de R\$ 44 milhões a R\$ 47 milhões. Assim, a forte redução verificada no encerramento de dezembro/2025 segue não revertida, mantendo a conta em novo nível estruturalmente reduzido.

88. Evolução – fev/25 → fev/26 (var. m/m):

- fev/25: R\$ 46.326 mil
- mar/25: R\$ 47.013 mil (+1,5%)
- abr/25: R\$ 47.105 mil (+0,2%)
- mai/25: R\$ 46.456 mil (-1,4%)
- jun/25: R\$ 46.439 mil (-0,04%)
- jul/25: R\$ 45.137 mil (-2,8%)
- ago: R\$ 45.327 mil (+0,4%)
- set: R\$ 44.245 mil (-2,4%)
- out: R\$ 44.444 mil (+0,4%)
- nov/25: R\$ 43.944 mil (-1,1%)
- dez/25: R\$ 18.963 mil (-56,8%)
- jan/26: R\$ 19.722 mil (+4,0%)
- fev/26: R\$ 20.030 mil (+1,6%)

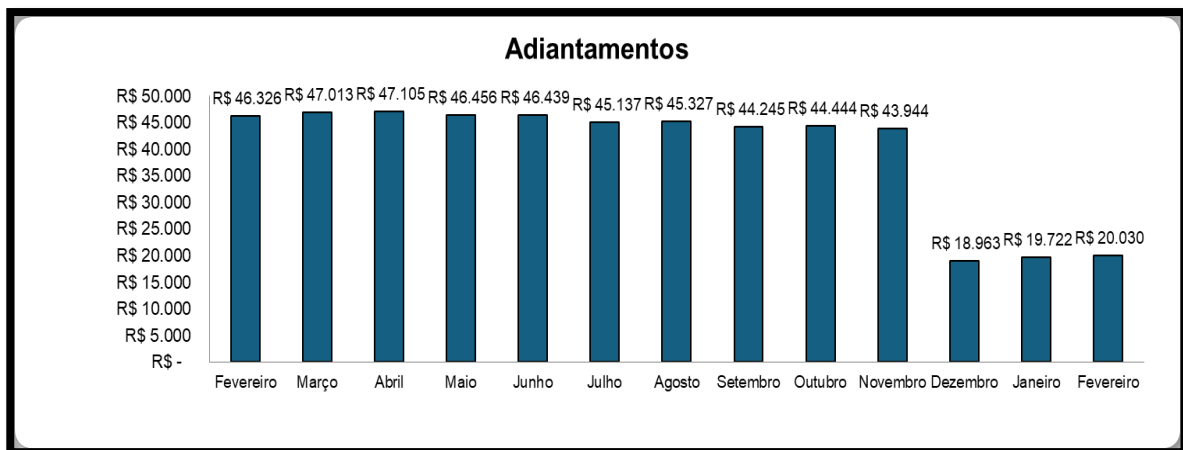
89. A redução abrupta registrada em dezembro/2025 continua sendo o principal marco explicativo da rubrica. Conforme já analisado no mês anterior, a queda decorreu, de forma preponderante, de lançamentos de baixa de adiantamentos a fornecedores efetuados em 31/12/2025, especialmente na Faricon Agrícola Ltda, no lote 4.007, com reflexo na conta 1.01.05.01.001 – Adiantamento a fornecedores nacionais (10830). Naquele movimento, o saldo anterior de R\$ 25.493.603,95 (D) recebeu créditos que totalizaram R\$ 24.700.402,20, reduzindo-se para R\$ 793.311,75 (D), o que explica a ruptura do padrão histórico observada no consolidado.

90. Em fevereiro/2026, a rubrica apresentou apenas nova recomposição marginal, sem retornar ao patamar verificado ao longo do exercício de 2025. O comportamento confirma que a baixa registrada em dezembro não se tratou de mera oscilação transitória de encerramento, mas de mudança material e persistente na composição do ativo circulante. Em termos relativos, os Adiantamentos passaram a representar aproximadamente 8,7% do Ativo Circulante em fevereiro/2026 (R\$ 20.030 mil / R\$ 230.875 mil), percentual praticamente alinhado ao de janeiro/2026 (8,8%) e significativamente inferior ao padrão histórico anterior.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

91. Sob a ótica gerencial, a manutenção do saldo em nível reduzido sugere que a baixa ocorrida em dezembro produziu efeito estrutural sobre a rubrica, possivelmente relacionado à realização efetiva dos adiantamentos, compensações, baixas contábeis, reclassificações ou encerramento de operações antes registradas nessa conta. Em ambiente de restrição de caixa, a permanência dessa rubrica em patamar mais baixo tende, em princípio, a ser favorável, por reduzir a imobilização de recursos em valores de menor liquidez imediata. Ainda assim, a adequada compreensão do comportamento da conta depende da preservação da rastreabilidade dos lançamentos que determinaram essa mudança de patamar.



- **COMENTÁRIOS:**

- A baixa material observada em dezembro/2025 permanece como o principal evento explicativo da rubrica e segue não revertida em fevereiro/2026.
- O comportamento da conta em janeiro e fevereiro reforça que houve mudança estrutural do saldo, e não mera oscilação episódica de encerramento de exercício.
- A discreta elevação de fevereiro não descaracteriza o novo patamar reduzido da rubrica, que permanece muito abaixo da faixa histórica observada até novembro/2025.
- Dada a relevância da variação e a ruptura do padrão histórico, recomenda-se manter no RMA a referência expressa ao lote, data, empresa, conta contábil e valor relacionados à baixa identificada, assegurando rastreabilidade técnica.
- A permanência da rubrica em nível reduzido pode contribuir para menor comprometimento do capital de giro, desde que os lançamentos que deram origem à baixa estejam adequadamente suportados por documentação idônea.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

5.1.5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

ATIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	% EV (jan/fev)	mar/25	% EV (fev/mar)	abr/25	% EV (mar/abr)	mai/25	% EV (abr/mai)	jun/25	% EV (mai/jun)	jul/25	% EV (jun/jul)	ago/25	% EV (jul/ago)	set/25	% EV (ago/set)	out/25	% EV (set/out)	nov/25	% EV (out/nov)	dez/25	% EV (nov/dez)	jan/26	% EV (dez/jan)	fev/26	% EV (jan/fev)
Ativo Circulante	321.788	100%	303.224	94%	293.787	91%	285.327	89%	284.685	89%	264.519	83%	252.049	78%	254.786	79%	256.494	79%	256.814	79%	265.342	103%	224.686	85%	230.875	103%
Imposto recuperar	71.644	99%	68.410	95%	65.177	92%	65.786	92%	70.519	107%	69.958	99%	67.042	95%	66.280	98%	62.977	95%	61.587	98%	58.564	95%	64.189	110%	62.321	97%

92. O saldo consolidado de Impostos e Contribuições a Recuperar (Ativo Circulante) encerrou fevereiro/2026 em R\$ 62.321 mil, registrando redução de 2,9% em relação a janeiro/2026, quando o saldo era de R\$ 64.189 mil. O movimento representa reversão parcial da recomposição observada no início do exercício e indica retomada do comportamento de acomodação da rubrica, mantendo-a, contudo, em patamar de elevada materialidade dentro do ativo circulante.

93. Evolução do saldo (var. m/m):

- fev/25: R\$ 71.644 mil
- mar/25: R\$ 68.410 mil (-4,5%)
- abr/25: R\$ 65.177 mil (-4,7%)
- mai/25: R\$ 65.786 mil (+0,9%)
- jun/25: R\$ 70.519 mil (+7,2%)
- jul/25: R\$ 69.958 mil (-0,8%)
- ago/25: R\$ 67.042 mil (-4,2%)
- set/25: R\$ 66.280 mil (-1,1%)
- out/25: R\$ 62.977 mil (-5,0%)
- nov/25: R\$ 61.587 mil (-2,2%)
- dez/25: R\$ 58.564 mil (-4,9%)
- jan/26: R\$ 64.189 mil (+9,6%)
- fev/26: R\$ 62.321 mil (-2,9%)

94. Após a recomposição verificada em janeiro/2026, a rubrica voltou a recuar em fevereiro/2026, indicando que o crescimento do mês anterior não se consolidou de forma contínua. Ainda assim, o saldo permaneceu acima do patamar de dezembro/2025 (R\$ 58.564 mil), o que mostra que parte da recuperação observada no início do exercício foi preservada.

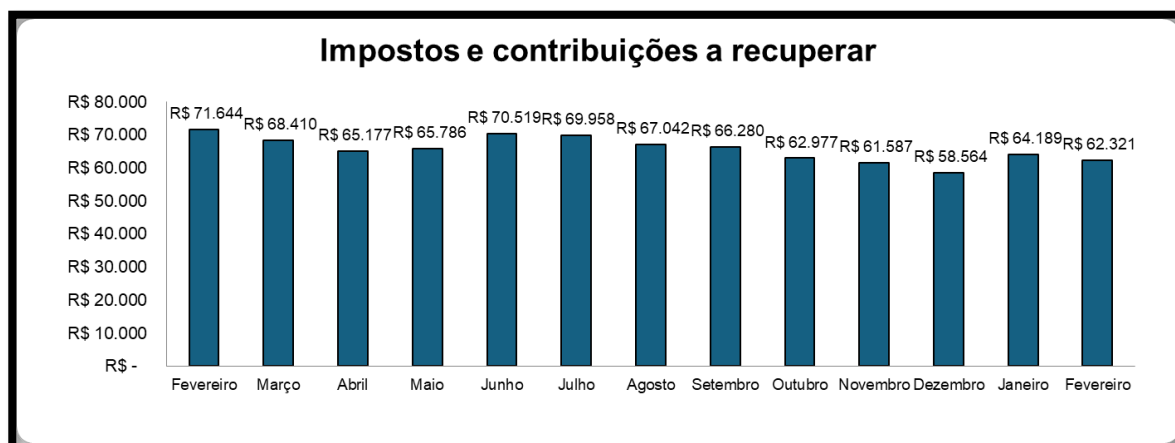


DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

95. No comparativo entre fevereiro/2025 e fevereiro/2026, os créditos tributários de curto prazo recuaram aproximadamente 13,0% (R\$ 71.644 mil → R\$ 62.321 mil), evidenciando que, apesar das oscilações mensais, a trajetória da rubrica continua abaixo do nível observado no início da série.

96. Em termos de representatividade, os créditos tributários de curto prazo corresponderam a aproximadamente 27,0% do Ativo Circulante em fevereiro/2026 (R\$ 62.321 mil / R\$ 230.875 mil), percentual ligeiramente inferior ao de janeiro/2026 (28,6%), mas ainda suficientemente elevado para manter a conta entre os principais componentes do ativo circulante. Trata-se, portanto, de rubrica de expressiva relevância patrimonial, com potencial de contribuir indiretamente para a liquidez por meio de compensações, restituições e outras formas legalmente admitidas de realização.

97. Sob a ótica gerencial, a redução de fevereiro pode decorrer de compensações tributárias realizadas no período, menor apropriação de novos créditos ou reclassificações internas. Sem o detalhamento analítico por tributo, origem, competência e perspectiva de realização, não é possível concluir, apenas pelo saldo consolidado, qual fator predominou na oscilação do mês. De todo modo, a movimentação reforça a necessidade de acompanhamento contínuo da recuperabilidade, do lastro documental e da coerência entre os registros contábeis e fiscais



• **COMENTÁRIOS:**

- A rubrica apresentou redução moderada em fevereiro/2026, após a recomposição observada em janeiro, sugerindo acomodação do saldo no início do exercício.
- Apesar da queda mensal, os créditos tributários seguem em patamar relevante dentro da estrutura do circulante.
- A conta continua a representar importante instrumento de liquidez indireta, desde que os créditos sejam efetivamente realizáveis e adequadamente suportados.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

- Considerando sua materialidade, permanece essencial o controle rigoroso da origem, da natureza, da expectativa de recuperação e da consistência fiscal-contábil desses saldos.
- **IMPACTOS OBSERVADOS**
- Liquidez indireta: a manutenção de saldo expressivo em créditos tributários pode contribuir para reduzir desembolsos futuros com tributos, preservando o caixa operacional.
- Capital de giro: a rubrica permanece como componente relevante do ativo circulante, embora sem conversão imediata em disponibilidade.
- Governança fiscal: a oscilação entre janeiro e fevereiro reforça a necessidade de rastreabilidade das compensações, apropriações e baixas.
- Aderência ao PRJ: a princípio, a movimentação não sinaliza irregularidade, mas exige monitoramento para assegurar coerência entre controles fiscais, contabilidade e efetiva recuperabilidade.

5.1.6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

ATIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	% EV (jan/fev)	mar/25	% EV (fev/mar)	abr/25	% EV (mar/abr)	mai/25	% EV (abr/mai)	jun/25	% EV (mai/jun)	jul/25	% EV (jun/jul)	ago/25	% EV (jul/ago)	set/25	% EV (ago/set)	out/25	% EV (set/out)	nov/25	% EV (out/nov)	dez/25	% EV (nov/dez)	jan/26	% EV (dez/jan)	fev/26	% EV (jan/fev)
Ativo Circulante	321.768	100%	303.224	94%	293.787	91%	285.327	89%	284.685	100%	264.519	93%	262.049	95%	254.786	101%	256.494	101%	256.814	100%	265.342	103%	224.686	85%	230.875	103%
Imobilizado	587.884	101%	582.261	99%	587.299	99%	582.761	99%	580.253	100%	565.715	97%	559.241	99%	554.756	99%	550.554	99%	546.006	99%	541.442	99%	531.577	98%	526.623	99%
Intangível	199.501	100%	199.548	100%	198.394	100%	197.841	100%	197.266	100%	196.735	100%	196.181	100%	195.628	100%	195.075	100%	194.522	100%	193.968	100%	159.536	82%	158.984	100%

98. Esta subseção apresenta a análise consolidada dos saldos de Ativo Imobilizado e Ativo Intangível do Grupo Patense — componentes do ativo não circulante de natureza permanente — com base nos demonstrativos contábeis de fevereiro/2025 a fevereiro/2026.

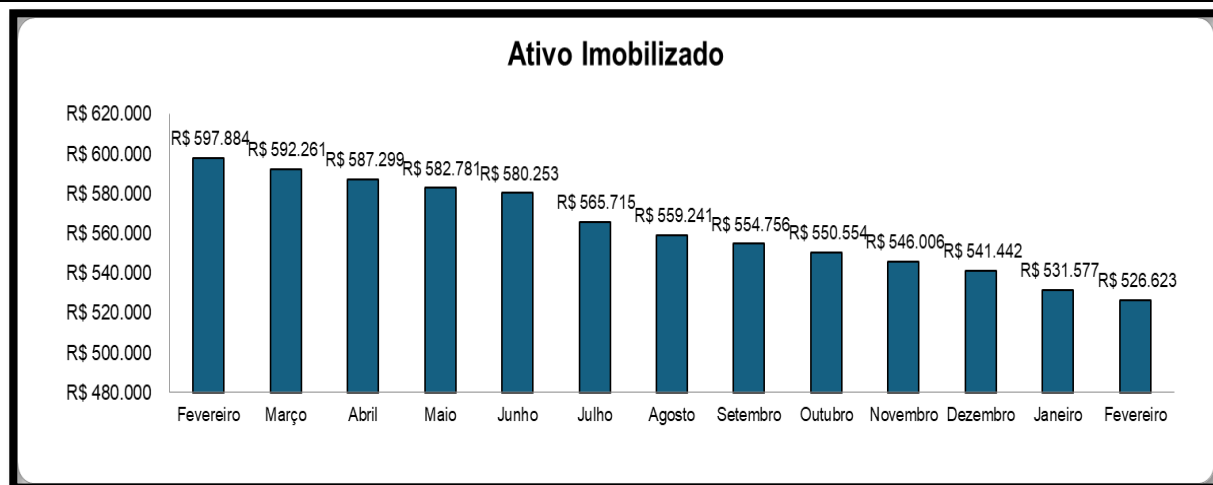
99. Saldo – fev/2026 (vs. jan/2026):

- **Imobilizado: R\$ 526.623 mil (jan/26: R\$ 531.577 mil) → -0,9% m/m**
- **Intangível: R\$ 158.984 mil (jan/26: R\$ 159.536 mil) → -0,4% m/m**

100. Em fevereiro/2026, o ativo imobilizado manteve a trajetória descendente já observada ao longo de 2025, em linha com o reconhecimento regular de depreciação e com a ausência de investimentos materiais em ativos permanentes. O ativo intangível, por sua vez, voltou a apresentar redução moderada, retomando comportamento mais próximo do padrão histórico recorrente após a queda abrupta registrada em janeiro/2026.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



101. Evolução do ativo imobilizado. fev/25 → fev/26

(R\$ mil | variação mensal):

- fev: 597.884
- mar: 592.261 (-0,9%)
- abr: 587.299 (-0,8%)
- mai: 582.781 (-0,8%)
- jun: 580.253 (-0,4%)
- jul: 565.715 (-2,5%)
- ago: 559.241 (-1,1%)
- set: 554.756 (-0,8%)
- out: 550.554 (-0,8%)
- nov: 546.006 (-0,8%)
- dez/25: 541.442 (-0,8%)
- jan/26: 531.577 (-1,8%)
- fev/26: 526.623 (-0,9%)

102. **Leitura:** No acumulado entre fevereiro/2025 e fevereiro/2026, o imobilizado apresentou redução de aproximadamente 11,9% (R\$ 597.884 mil → R\$ 526.623 mil), confirmando tendência

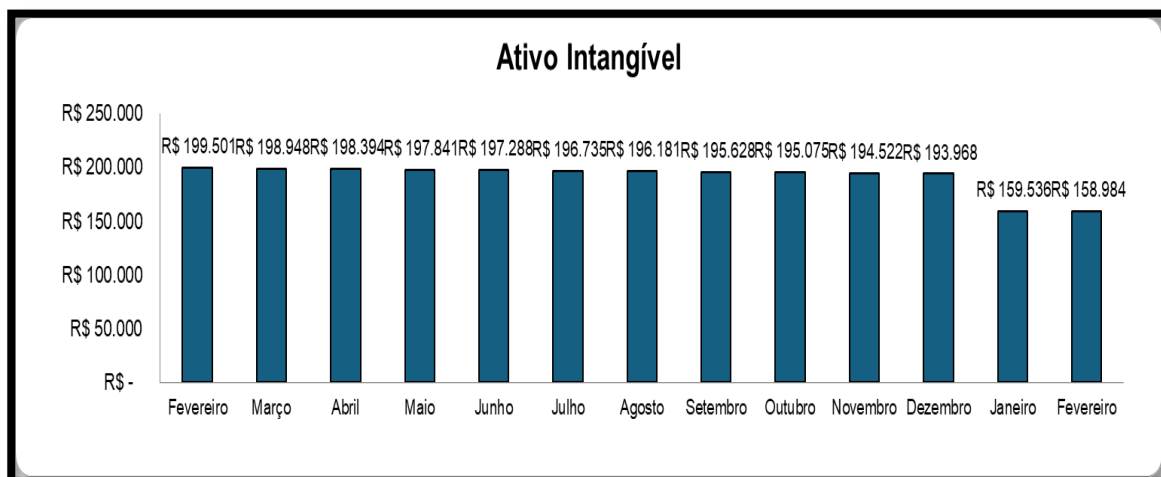


DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

de retração patrimonial gradual. Após a queda mais acentuada observada em janeiro/2026, o mês de fevereiro/2026 voltou a apresentar variação negativa mais moderada.

103. Sob a ótica gerencial, a redução de fevereiro reforça a leitura de que o Grupo segue operando com foco na preservação da estrutura produtiva já instalada, sem evidência, neste recorte, de expansão patrimonial relevante. O comportamento da rubrica sugere continuidade de depreciações e eventuais baixas pontuais, sem alteração estrutural significativa no perfil do ativo imobilizado em relação ao diagnóstico já traçado no mês anterior

104. **Efeito financeiro:** A retração contínua do imobilizado mantém as despesas de depreciação em patamar previsível e relativamente estável, contribuindo para menor volatilidade do resultado contábil, sem impacto direto no caixa, dada a natureza não monetária dessa despesa. Em ambiente de liquidez restrita, a postergação de investimentos não essenciais continua sendo coerente com a necessidade de preservação de recursos financeiros e de contenção de pressões adicionais sobre o capital de giro.



105. **Evolução do ativo intangível. – fev/25 → fev/26 (R\$ mil):**

- fev: 199.501
- mar: 198.948
- abr: 198.394
- mai: 197.841
- jun: 197.288
- jul: 196.735



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- ago: 196.181
 - set: 195.628
 - out: 195.075
 - nov: 194.522
 - dez/25: 193.968
 - jan/26: 159.536
 - Fev/26: 158.984 (-0,4%)

106. **Leitura:** Até dezembro/2025, o saldo do intangível apresentava redução linear e pouco expressiva, compatível com o comportamento recorrente da série. Em janeiro/2026, contudo, a rubrica sofreu retração abrupta de 17,8%, caracterizando mutação patrimonial relevante no consolidado. Já em fevereiro/2026, o saldo recuou de R\$ 159.536 mil para R\$ 158.984 mil, com variação negativa de apenas R\$ 572 mil (-0,4%), retomando comportamento muito mais próximo do padrão histórico ordinário.

107. No acumulado entre fevereiro/2025 e fevereiro/2026, a redução do intangível alcança aproximadamente 20,3% (R\$ 199.501 mil → R\$ 158.984 mil). A leitura mais adequada para fevereiro é a de estabilização da rubrica em novo patamar após a forte mutação registrada em janeiro, e não de continuidade de evento extraordinário na mesma intensidade.

108. Em outras palavras, o comportamento de fevereiro/2026 sugere que a grande inflexão patrimonial do intangível permaneceu concentrada em janeiro, enquanto o mês subsequente voltou a refletir dinâmica mais aderente à amortização recorrente, ainda que sobre base contábil significativamente reduzida.

- **GESTÃO PATRIMONIAL E ESTRATÉGICA:**

- **Preservação de caixa:** a contenção de investimentos não essenciais permanece alinhada ao contexto da recuperação judicial, evitando desembolsos adicionais e priorizando a manutenção da liquidez operacional.
- **Imobilizado:** a redução moderada de fevereiro reforça o padrão de retração gradual já observado ao longo da série, compatível com depreciação regular e baixa intensidade de CAPEX.
- **Intangível:** após a forte redução registrada em janeiro/2026, fevereiro apresentou comportamento mais estável, sugerindo acomodação da rubrica em novo patamar, embora a mutação patrimonial relevante do mês anterior continue exigindo rastreabilidade específica.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

109. **CONSIDERAÇÕES PARA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** A evolução de fevereiro/2026 confirma que o imobilizado segue em trajetória de redução gradual e previsível, sem indícios, neste recorte, de expansão de ativos permanentes. No caso do intangível, a oscilação de fevereiro foi modesta, o que reforça que o evento material relevante permaneceu concentrado em janeiro/2026.

110. Em síntese, em fevereiro/2026 o ativo imobilizado manteve comportamento compatível com a trajetória histórica de depreciação e contenção de investimentos, enquanto o ativo intangível apresentou redução moderada, retomando padrão mais próximo da amortização ordinária após a queda abrupta registrada no mês anterior. O quadro reforça a necessidade de continuidade do monitoramento patrimonial, com especial atenção à rastreabilidade das mutações relevantes do ativo não circulante no contexto da recuperação judicial.

5.1.7. FORNECEDORES

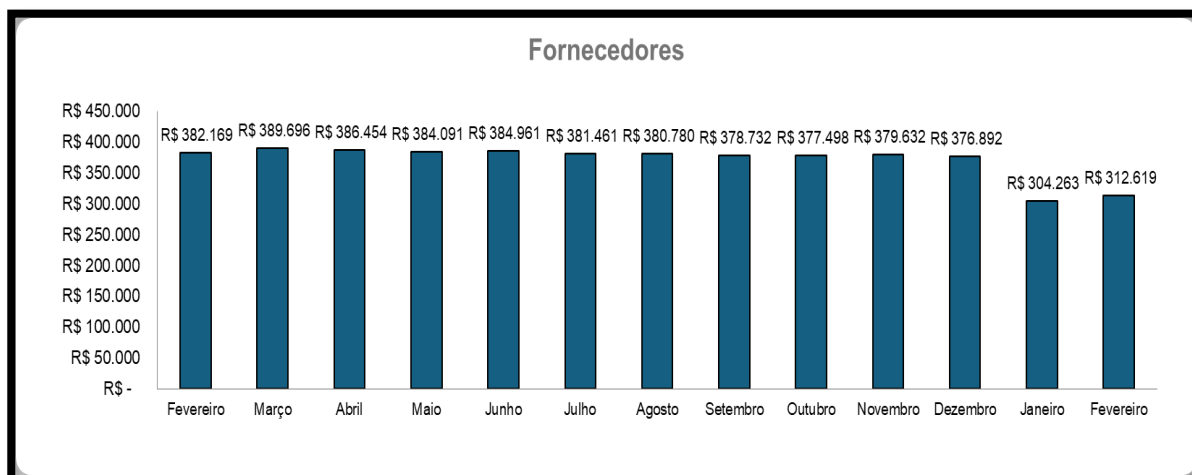
PASSIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	% EV (jan/fev)	mar/25	% EV (fev/mar)	abr/25	% EV (mar/abr)	mai/25	% EV (abr/mai)	jun/25	% EV (mai/jun)	jul/25	% EV (jun/jul)	ago/25	% EV (jul/ago)	set/25	% EV (ago/set)	out/25	% EV (set/out)	nov/25	% EV (out/nov)	dez/25	% EV (nov/dez)	jan/26	% EV (dez/jan)	fev/26	% EV (jan/fev)
Passivo Circulante	1.547.180	100%	1.559.953	101%	1.586.143	100%	1.570.857	100%	1.572.840	100%	1.573.151	100%	1.568.634	100%	1.580.938	101%	1.596.284	101%	1.607.639	101%	1.606.159	100%	1.667.120	66%	1.071.229	101%
Fornecedores	384.548	100%	372.746	102%	370.914	100%	368.897	99%	370.478	100%	367.169	99%	367.096	100%	365.749	100%	364.864	100%	367.149	101%	364.883	99%	184.498	51%	193.544	105%

111. Em fevereiro/2026, o total das obrigações com fornecedores do Grupo Patense atingiu R\$ 312.619 mil, representando elevação de 2,7% em relação a janeiro/2026, quando o saldo total era de R\$ 304.263 mil. O movimento indica recomposição moderada da rubrica após a forte redução observada no início do exercício, mantendo, contudo, o saldo global em patamar ainda inferior ao histórico predominante ao longo de 2025.

112. Evolução recente – fev/25 → fev/26 (total | var. m/m):

- fev/25: R\$ 382.169 mil
- mar/25: R\$ 389.696 mil (+2,0%)
- abr/25: R\$ 386.454 mil (-0,8%)
- mai/25: R\$ 384.091 mil (-0,6%)
- jun/25: R\$ 384.961 mil (+0,2%)
- jul/25: R\$ 381.461 mil (-9%)
- ago: R\$ 380.780 mil (-0,2%)
- set: R\$ 378.732 mil (-0,5%)
- out: R\$ 377.498 mil (-0,3%)

- nov: R\$ 379.632 mil (+0,6%)
- dez/25: R\$ 376.891 mil (-0,7%)
- jan/26: R\$ 304.263 mil (-19,3%)
- fev/ 26: R\$ 312.619 mil (+2,7%)



113. ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES:

- Após relativa estabilidade ao longo de 2025 e forte inflexão em janeiro/2026, a rubrica Fornecedores apresentou, em fevereiro/2026, leve recomposição do saldo total, sem, contudo, retornar ao patamar anteriormente observado. A elevação de R\$ 8.356 mil no mês indica retomada moderada das obrigações comerciais, mas ainda em nível bem inferior ao saldo de dezembro/2025, quando a conta totalizava R\$ 376.892 mil.
- No comparativo entre fevereiro/2025 e fevereiro/2026, a redução acumulada foi de aproximadamente 18,2% (R\$ 382.169 mil → R\$ 312.619 mil), o que confirma que, apesar da elevação mensal recente, a rubrica segue abaixo da faixa histórica mantida durante a maior parte de 2025.
- Sob a ótica gerencial, a recomposição de fevereiro pode estar associada à retomada parcial do fluxo normal de compras, reconhecimento de novas obrigações operacionais ou reacomodação do passivo comercial após o forte reperfilamento observado em janeiro. Ainda assim, o ponto central permanece o fato de que o nível absoluto das obrigações com fornecedores continua significativamente inferior ao padrão histórico recente, o que indica manutenção, ao menos parcial, do efeito da reestruturação do perfil do passivo comercial verificada no início do exercício.
- A leitura prudencial do mês sugere que fevereiro não descaracteriza a alteração estrutural ocorrida em janeiro, mas demonstra que a rubrica voltou a crescer de forma moderada.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Assim, a conta passa a exigir acompanhamento para verificar se a elevação observada corresponde a recomposição operacional ordinária, reversão parcial de reclassificações anteriores ou início de nova pressão sobre o capital de giro comercial.

114. Leitura Gerencial

- A rubrica Fornecedores em fevereiro/2026 permaneceu em patamar materialmente elevado, embora ainda inferior à média histórica de 2025. O crescimento de 2,7% no mês sugere recomposição moderada das obrigações comerciais, mas sem reversão da redução expressiva verificada em janeiro.
- Em termos econômicos, o comportamento de fevereiro pode indicar que, após a forte descompressão do curto prazo promovida no mês anterior, o Grupo voltou a registrar incremento de obrigações de fornecimento em ritmo mais compatível com a continuidade operacional. Isso tende a ser natural em ambiente produtivo de funcionamento contínuo, especialmente quando a empresa mantém dependência de insumos, logística, serviços essenciais e recomposição operacional seletiva.
- Ao mesmo tempo, o fato de o saldo permanecer significativamente inferior ao observado entre fevereiro e dezembro de 2025 sugere que o reperfilamento do passivo comercial ainda exerce efeito relevante sobre a conta. Por isso, o crescimento de fevereiro deve ser interpretado mais como acomodação parcial da rubrica do que como reversão integral do movimento observado no mês anterior

5.1.8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

PASSIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	% EV (jan/fev)	mar/25	% EV (fev/mar)	abr/25	% EV (mar/abr)	mai/25	% EV (abr/mai)	jun/25	% EV (mai/jun)	jul/25	% EV (jun/jul)	ago/25	% EV (jul/ago)	set/25	% EV (ago/set)	out/25	% EV (set/out)	nov/25	% EV (out/nov)	dez/25	% EV (nov/dez)	jan/26	% EV (dez/jan)	fev/26	% EV (jan/fev)
Passivo Circulante	1.547.180	100%	1.559.953	101%	1.566.143	100%	1.570.857	100%	1.572.840	100%	1.573.151	100%	1.568.634	100%	1.580.938	101%	1.596.284	101%	1.607.639	101%	1.606.159	100%	1.057.120	66%	1.071.229	101%
Empréstimos e financiamentos	701.503	100%	702.552	100%	704.043	100%	712.360	101%	708.374	99%	715.838	101%	711.587	99%	715.506	101%	726.475	101%	733.493	101%	736.832	100%	672.185	91%	673.928	100%

Saldo e composição – fev/2026

115. Conforme o Balanço Patrimonial consolidado, o estoque de Empréstimos e Financiamentos do Grupo Patense encerrou fevereiro/2026 em R\$ 887.108 mil, ante R\$ 885.725 mil em janeiro/2026, representando elevação de aproximadamente 0,2% m/m. O movimento indica relativa estabilização do endividamento financeiro após a forte expansão observada no início do exercício, preservando, contudo, o saldo total em patamar significativamente superior ao verificado no encerramento de 2025.

116. A composição do endividamento em fevereiro/2026, com base nos dados apresentados, evidencia pelo menos o montante de R\$ 673.928 mil classificado no passivo circulante, ante R\$ 672.185 mil em janeiro/2026, indicando leve acréscimo da parcela de curto prazo. Considerando o

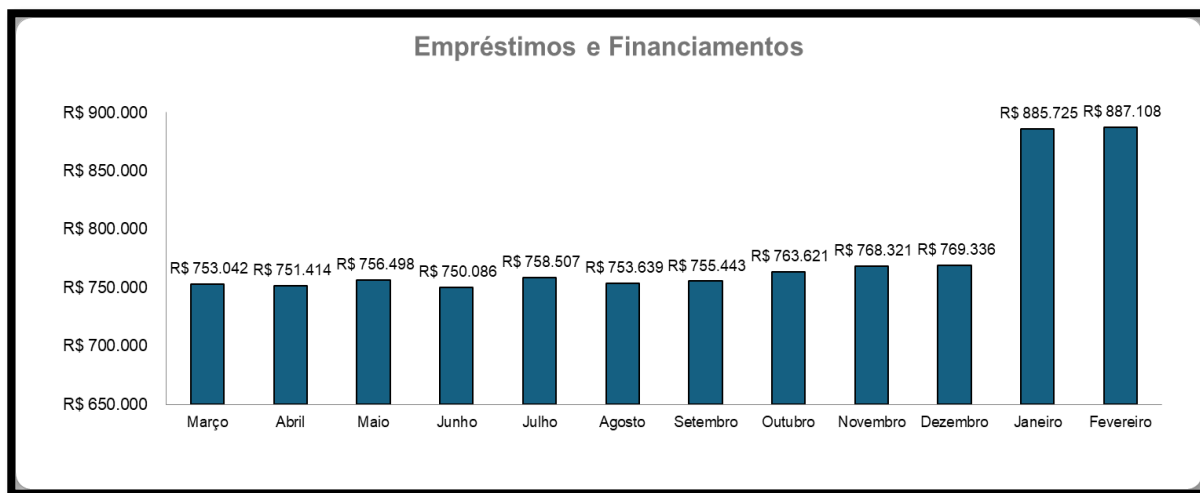


DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

estoque total de R\$ 887.108 mil, a dívida financeira permaneceu majoritariamente concentrada no curto prazo, embora ainda sob os efeitos do reperfilamento já identificado no mês anterior.

• **Evolução mensal – 2026 (total; var. m/m)**

- fev: R\$ 755.677 mil
- mar: R\$ 753.042 mil (-0,3%)
- abr: R\$ 751.414 mil (-0,2%)
- mai: R\$ 756.498 mil (+0,7%)
- jun: R\$ 750.086 mil (-0,8%)
- jul: R\$ 758.507 mil (+1,1%)
- ago: R\$ 753.639 mil (-0,6%)
- set: R\$ 755.443 mil (+0,2%)
- out: R\$ 763.621 mil (+1,1%)
- nov: R\$ 768.321 mil (+0,6%)
- dez: R\$ 769.336 mil (+0,1%)
- jan: R\$ 885.725 mil (+15,1%)
- fev/26: R\$ 887.108 mil (+0,2%)



• **MOVIMENTAÇÕES E ANÁLISE DETALHADA:**

- Ao longo de 2025, o estoque da dívida financeira manteve-se relativamente estável, oscilando na faixa de R\$ 750 milhões a R\$ 769 milhões. Em janeiro/2026, houve ruptura



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

relevante desse padrão, com elevação expressiva do saldo total para R\$ 885.725 mil, movimento já analisado no relatório anterior como reflexo de reorganização financeira relevante, combinando aumento do saldo consolidado com alteração material do perfil temporal da dívida.

- Em fevereiro/2026, o comportamento da rubrica passou a indicar acomodação em novo patamar, com variação positiva pouco expressiva de R\$ 1.383 mil em relação a janeiro. Esse movimento sugere que, após a forte inflexão do mês anterior, o Grupo manteve o estoque da dívida praticamente estabilizado, sem nova expansão material do endividamento financeiro consolidado.
- A leitura gerencial mais adequada para fevereiro é a de que o endividamento permanece elevado, porém relativamente estabilizado no curtíssimo prazo. O leve aumento da parcela classificada no passivo circulante, de R\$ 672.185 mil para R\$ 673.928 mil, indica que a pressão de curto prazo segue bastante relevante, ainda que sem deterioração expressiva no mês.
- Assim, embora não se observe em fevereiro nova ruptura equivalente à de janeiro, a estrutura de dívida do Grupo continua altamente onerosa e mantém peso significativo sobre o fluxo de caixa e sobre o resultado financeiro. Em outras palavras, o mês sugere manutenção da pressão estrutural do endividamento, e não reversão do quadro já diagnosticado.

5.1.9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO - GRUPO PATENSE																										
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	% EV (jan/fev)	mar/25	% EV (fev/mar)	abr/25	% EV (mar/abr)	mai/25	% EV (abr/mai)	jun/25	% EV (mai/jun)	jul/25	% EV (jun/jul)	ago/25	% EV (jul/ago)	set/25	% EV (ago/set)	out/25	% EV (set/out)	nov/25	% EV (out/nov)	dez/25	% EV (nov/dez)	jan/26	% EV (dez/jan)	fev/26	% EV (jan/fev)
Patrimônio líquido	- 487.178	102%	- 509.833	105%	- 525.633	103%	- 541.859	103%	- 544.527	100%	- 580.811	107%	- 594.557	102%	- 606.211	102%	- 624.195	103%	- 640.469	103%	- 713.240	111%	- 529.119	74%	- 540.033	102%

117. O Patrimônio Líquido (PL) consolidado do Grupo Patense, embora ainda permaneça fortemente negativo, apresentou nova deterioração em fevereiro/2026, encerrando o mês em –R\$ 540.033 mil, ante –R\$ 529.119 mil em janeiro/2026. A variação negativa foi de aproximadamente R\$ 10.914 mil, o que corresponde a piora de 2,1% em relação ao saldo negativo do mês anterior.

118. Evolução mensal

- fev/25: –R\$ 487.178 mil
- mar/25: –R\$ 509.833 mil (–4,7%)
- abr/25: –R\$ 525.633 mil (–3,1%)
- mai/25: –R\$ 541.859 mil (–3,1%)



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- jun/25: -R\$ 544.527 mil (-0,5%)
 - jul/25: - R\$ 580.811 mil (-6,7%)
 - ago/25: -R\$ 594.557 mil (-2,4%)
 - set/25: -R\$ 606.211 mil (-2,0%)
 - out/25: -R\$ 624.195 mil (-3,0%)
 - nov/25: - R\$ 640.469 mil (-2,6%)
 - dez/25: -R\$ 713.240 mil (-11,4%)
 - jan/26: -R\$ 529.119 mil (+25,8%)
 - fev/26: -R\$ 540.033 mil (-2,1%)

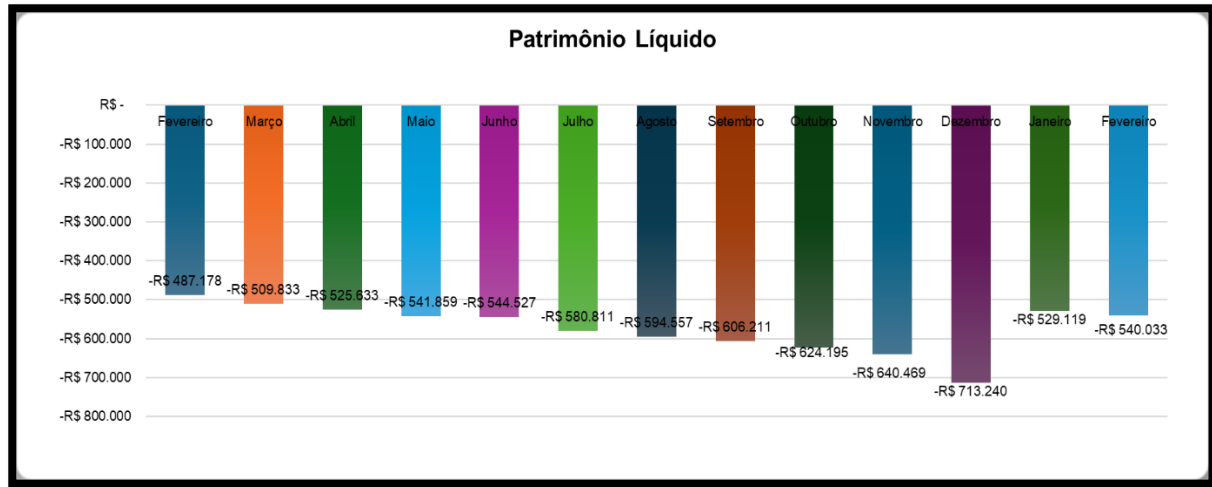
119. Após a melhora expressiva verificada em janeiro/2026, o patrimônio líquido voltou a se deteriorar em fevereiro/2026, ainda que em intensidade muito inferior à observada em diversos momentos de 2025. O movimento indica que a recuperação patrimonial observada no mês anterior não teve continuidade integral no início do exercício, permanecendo o Grupo em situação de passivo a descoberto expressivo.

120. No comparativo entre fevereiro/2025 e fevereiro/2026, o patrimônio líquido negativo aumentou em aproximadamente R\$ 52.855 mil, o que representa deterioração de cerca de 10,9% em relação ao saldo negativo do início da série aqui considerada. Assim, apesar da melhora pontual ocorrida em janeiro, o quadro patrimonial do Grupo continua estruturalmente fragilizado.

121. A piora observada em fevereiro sugere que os efeitos positivos extraordinários ou de consolidação verificados em janeiro não se repetiram com a mesma intensidade no mês subsequente. Em termos gerenciais, isso reforça que o patrimônio líquido consolidado segue altamente sensível tanto ao resultado do período quanto às mutações patrimoniais derivadas de ajustes, eliminações e reclassificações contábeis entre empresas do grupo.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



• **COMENTÁRIOS SOBRE O CENÁRIO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

(A) **REVERSÃO PARCIAL DA MELHORA OBSERVADA EM JANEIRO.** Embora janeiro/2026 tenha representado alívio relevante no déficit patrimonial, fevereiro voltou a registrar aumento do patrimônio líquido negativo, ainda que em proporção moderada.

(B) **DÉFICIT PATRIMONIAL PERMANECE ELEVADO.** Mesmo após a melhora parcial de janeiro e a piora moderada de fevereiro, o Grupo continua com patrimônio líquido negativo superior a **R\$ 500 milhões**, o que permanece incompatível com uma estrutura patrimonial equilibrada.

(C) **NECESSIDADE DE RASTREABILIDADE DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS.** A oscilação relevante entre dezembro/2025, janeiro/2026 e fevereiro/2026 reforça a necessidade de memória de cálculo, conciliações contábeis e explicações técnicas capazes de distinguir, com clareza, os efeitos do resultado do período daqueles decorrentes de ajustes patrimoniais e eliminações de consolidação.

5.1.10. RECEITA LÍQUIDA (RECEITA LÍQUIDA MENSAL/RECEITA LÍQUIDA ACUMULADA)

DRE - GRUPO PATENSE																																				
Demonstração do Resultado	mar/25	% EV (fev/mar)	% AV	abr/25	% EV (mar/abr)	% AV	mai/25	% EV (abr/mai)	% AV	jun/25	% EV (mai/jun)	% AV	jul/25	% EV (jun/jul)	% AV	ago/25	% EV (jul/ago)	% AV	set/25	% EV (ago/set)	% AV	out/25	% EV (set/out)	% AV	nov/25	% EV (out/nov)	% AV	dez/25	% EV (nov/dez)	% AV	jan/26	% EV (dez/jan)	% AV	fev/26	% EV (jan/fev)	% AV
Receita operacional líquida	207.545	145%	100%	272.892	131%	100%	346.686	127%	100%	418.086	121%	100%	484.456	115%	100%	538.383	112%	100%	596.428	111%	100%	656.176	110%	100%	710.148	108%	100%	763.179	107%	100%	842.216	7%	100%	108.806	201%	100%

122. A Receita Operacional Líquida do Grupo Patense, em fevereiro/2026, totalizou R\$ 54.403 mil. Considerando que em janeiro/2026 a receita líquida havia alcançado R\$ 54.215 mil, o mês apresentou leve elevação de R\$ 188 mil, equivalente a aproximadamente +0,3%. Assim, fevereiro



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

confirmou a manutenção do faturamento em patamar praticamente estável no início do novo exercício social.

123. Com o encerramento do primeiro bimestre de 2026, a receita operacional líquida acumulada passou a totalizar R\$ 108.618 mil, resultando em média mensal acumulada de R\$ 54.309 mil/mês. Diferentemente de janeiro, que constituía a competência inaugural do novo exercício, fevereiro já permite leitura comparativa inicial dentro do próprio ano, possibilitando avaliação mais consistente da estabilidade ou variação do faturamento no curto prazo.

124. Receita do mês e média acumulada

- **Receita líquida acumulada fev/2026: R\$ 108.618 mil**
- **Receita do mês de fev/2026: R\$ 54.403 mil**
- **Média mensal acumulada (fev/26): R\$ 54.309 mil/mês.**

125. Receita líquida acumulada – referência histórica até o encerramento de 2025 e início de 2026

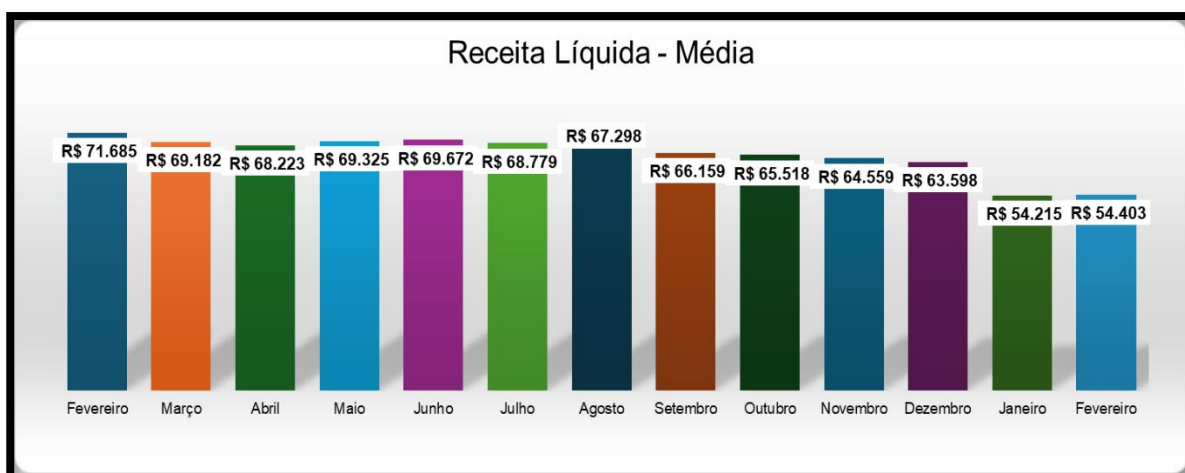
- mar/25: R\$ 207.545 mil
- abr/25: R\$ 272.892 mil
- mai/25: R\$ 346.625 mil
- jun/25: R\$ 418.035 mil
- jul/25: R\$ 481.455 mil
- ago/25: R\$ 538.383 mil
- set/25: R\$ 595.428 mil
- out/25: R\$ 655.176 mil
- nov/25: R\$ 710.148 mil
- dez/25: R\$ 763.179 mil
- jan/26: R\$ 54.215 mil
- fev/26: R\$ 108.618 mil

126. Médias mensais acumuladas – referência histórica



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

- fev/25: R\$ 71.685 mil/mês
- mar/25: R\$ 69.182 mil/mês
- abr/25: R\$ 68.223 mil/mês
- mai/25: R\$ 69.325 mil/mês
- jun/25: R\$ 69.672 mil/mês
- jul/25: R\$ 68.779 mil/mês
- ago/25: R\$ 67.298 mil/mês
- set/25: R\$ 66.159 mil/mês
- out/25: R\$ 65.518 mil/mês
- nov/25: R\$ 64.559 mil/mês
- dez/25: R\$ 63.598 mil/mês
- jan/26: R\$ 54.215 mil/mês
- fev/26: R\$ 54.309 mil/mês



127. ANÁLISE DOS RESULTADOS:

1. **Continuidade do novo exercício com base comparativa já iniciada.** Diferentemente de janeiro, que inaugurou o novo exercício social, fevereiro/2026 já permite leitura comparativa inicial dentro do próprio exercício de 2026. A receita líquida acumulada atingiu **R\$ 108.618 mil**, resultante da soma de **R\$ 54.215 mil** em janeiro e **R\$ 54.403 mil** em fevereiro.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

2. **Receita mensal praticamente estável em relação a janeiro.** A receita operacional líquida do mês de fevereiro/2026 somou **R\$ 54.403 mil**, ante **R\$ 54.215 mil** em janeiro/2026, representando **leve elevação de aproximadamente 0,3%**. O comportamento indica estabilidade do faturamento mensal no início do exercício, sem sinal, por ora, de recomposição mais intensa do volume operacional.
3. **Média acumulada de 2026 ainda inferior à média histórica de 2025.** A média mensal acumulada de **R\$ 54.309 mil/mês** em fevereiro/2026 permanece abaixo da média acumulada de **dezembro/2025**, que havia encerrado o exercício anterior em **R\$ 63.598 mil/mês**. Isso evidencia que, embora o faturamento do novo exercício tenha se mantido estável entre janeiro e fevereiro, o patamar de receita ainda está abaixo da média histórica mais recente.
4. **Receita ainda limitada frente à necessidade de recomposição econômica.** A manutenção de receita líquida em torno de **R\$ 54 milhões mensais** confirma a continuidade operacional do Grupo, mas, isoladamente, ainda não representa volume suficiente para afastar a necessidade de disciplina sobre custos, despesas e, sobretudo, sobre o resultado financeiro.
5. **Importância da conversão da receita em caixa.** Em ambiente de liquidez restrita, a utilidade econômica da receita depende não apenas do volume faturado, mas também da sua efetiva conversão em recebimentos. Por isso, a análise da receita deve permanecer integrada ao comportamento de **clientes, prazo médio de recebimento, inadimplência e capital de giro**.

5.1.11. CUSTOS OPERACIONAIS

DRE - GRUPO PATENSE																																				
Demonstração do Resultado	mar/25	% EV (fev/mar)	% AV	abr/25	% EV (mar/abr)	% AV	mai/25	% EV (abr/mai)	% AV	jun/25	% EV (mai/jun)	% AV	jul/25	% EV (jun/jul)	% AV	ago/25	% EV (jul/ago)	% AV	set/25	% EV (ago/set)	% AV	out/25	% EV (set/out)	% AV	nov/25	% EV (out/nov)	% AV	dez/25	% EV (nov/dez)	% AV	jan/26	% EV (dez/jan)	% AV	fev/26	% EV (jan/fev)	% AV
Custos dos produtos e serviços	168.164	146%	23%	227.457	135%	31%	292.385	129%	40%	352.386	120%	40%	415.787	118%	40%	470.488	113%	40%	521.984	111%	40%	574.179	110%	40%	627.250	109%	40%	678.188	108%	40%	50.441	7%	40%	102.661	204%	40%

128. O saldo de **Custos dos Produtos e Serviços Vendidos (CPV)** do Grupo Patense totalizou, em **fevereiro/2026**, **R\$ 102.102 mil** no acumulado do exercício. Considerando que em **janeiro/2026** o saldo acumulado era de **R\$ 50.441 mil**, conclui-se que o **custo do mês de fevereiro/2026** foi de aproximadamente **R\$ 51.661 mil**, resultando em **média mensal acumulada de R\$ 51.051 mil/mês** no primeiro bimestre de 2026.

129. Como o exercício de 2026 já conta com duas competências encerradas, fevereiro passa a permitir leitura comparativa inicial dentro do próprio exercício, sem prejuízo da utilização das médias históricas de 2025 como referência gerencial.

- **Custos operacionais diretos – referência histórica das médias mensais acumuladas e evolução inicial de 2026:**
 - Fevereiro/2025: R\$ 57.592 mil



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

- Março/2025: R\$ 56.055 mil (-2,7%)
- Abril/2025: R\$ 56.864 mil (+1,4%)
- Maio/2025: R\$ 58.599 mil (+3,1%)
- Junho/2025: R\$ 58.731 mil (+0,2%)
- Julho/2025: R\$ 59.398 mil (+1,1%)
- Ago: 58.812 (-1,0%)
- Set: 57.999 (-1,4%)
- Out: 57.418 (-1,0%)
- Nov: 57.023 (-0,7%)
- dez/25: 56.597 (-0,7%)
- jan/26: R\$ 50.441 mil/mês
- fev/ 26: R\$ 51.051 mil/mês



130.. ANÁLISE DOS RESULTADOS:

1. Continuidade da base acumulada do novo exercício. Em fevereiro/2026, o saldo acumulado de custos atingiu R\$ 102.102 mil, o que corresponde à soma dos custos de janeiro e fevereiro. Com isso, a média mensal acumulada do exercício passou para R\$ 51.051 mil/mês, permitindo leitura mais consistente do comportamento inicial dos custos em 2026.
2. Custo mensal de fevereiro em patamar próximo ao de janeiro. Considerando o acumulado informado, o custo de fevereiro/2026 foi de aproximadamente R\$



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

51.661 mil, ante R\$ 50.441 mil em janeiro/2026, o que representa elevação aproximada de 2,4% no custo mensal. O movimento sugere relativa estabilidade dos custos diretos no início do exercício, sem variação abrupta no curtíssimo prazo.

3. Média acumulada de 2026 ainda inferior à média histórica de 2025. A média mensal acumulada de R\$ 51.051 mil/mês em fevereiro/2026 permanece abaixo da média acumulada final de dezembro/2025, que havia encerrado o exercício anterior em R\$ 56.597 mil/mês. Em termos gerenciais, isso indica que o custo direto médio do início de 2026 vem se mantendo em patamar inferior ao padrão consolidado do exercício anterior.
4. Relação custo/receita ainda permanece elevada. Considerando a receita operacional líquida de R\$ 54.403 mil em fevereiro/2026 e o custo estimado do mês em R\$ 51.661 mil, os custos dos produtos e serviços vendidos corresponderam a aproximadamente 95,0% da receita líquida do mês, indicando que a margem bruta permaneceu bastante pressionada. Ainda que o custo médio do exercício esteja abaixo do padrão histórico de 2025, a relação entre custo e receita continua elevada.
5. Continuidade da necessidade de disciplina operacional. O comportamento do CPV em fevereiro sugere manutenção da disciplina operacional observada em janeiro, mas também demonstra que a redução dos custos diretos, por si só, ainda não é suficiente para assegurar recomposição robusta da margem. O Grupo continua dependente de ganho de eficiência operacional, melhor gestão do ciclo produtivo e fortalecimento da rentabilidade comercial.

131. LEITURA GERENCIAL

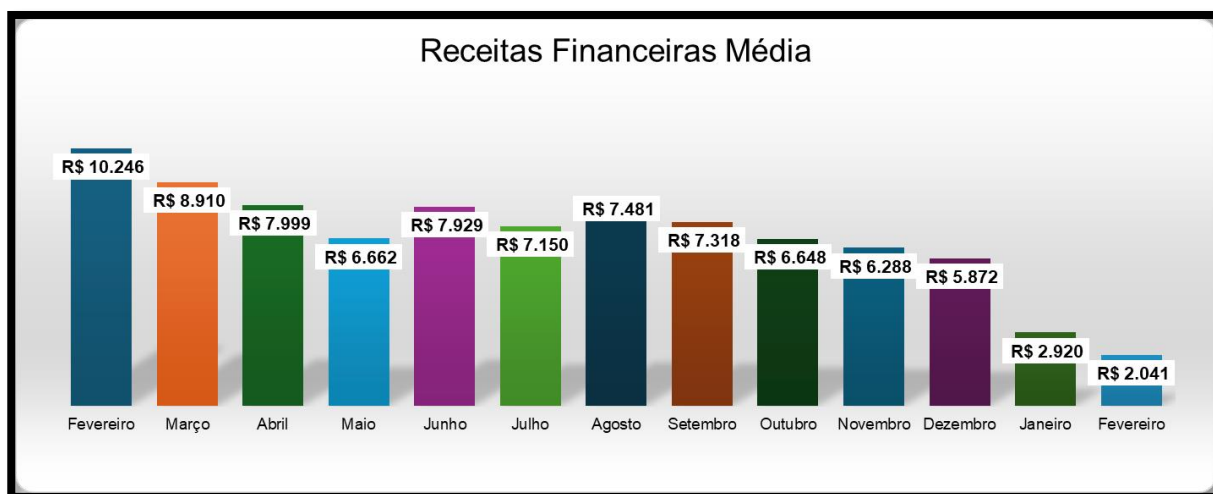
- O desempenho dos custos em fevereiro/2026 indica que o Grupo Patense iniciou o exercício com patamar de custo direto relativamente controlado, quando comparado à média histórica de 2025. A elevação moderada do custo mensal em relação a janeiro não compromete essa leitura, mas mostra que a estabilidade dos custos precisa ser continuamente acompanhada para evitar recomposição automática de pressões operacionais.
- Em termos econômicos, o dado mais relevante continua sendo a alta relação custo/receita, que limita a formação de margem bruta e reduz a capacidade de absorção das despesas operacionais e financeiras. Assim, mesmo que o custo médio esteja abaixo do padrão do exercício anterior, o Grupo ainda opera com margem pressionada, o que exige foco permanente em produtividade, mix de vendas, compras, perdas e eficiência do processo operacional.

5.1.12. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

DRE - GRUPO PATENSE																																				
Demonstração do Resultado	mai/25	% EV (fev/mar)	% AV	abr/25	% EV (mar/abr)	% AV	mai/25	% EV (abr/mai)	% AV	jun/25	% EV (mai/jun)	% AV	jul/25	% EV (jun/jul)	% AV	ago/25	% EV (jul/ago)	% AV	set/25	% EV (ago/set)	% AV	out/25	% EV (set/out)	% AV	nov/25	% EV (out/nov)	% AV	dez/25	% EV (nov/dez)	% AV	jan/26	% EV (dez/jan)	% AV	fev/26	% EV (jan/fev)	% AV
Receita financeira	26.728	130%	-4%	31.985	120%	-4%	33.309	104%	-5%	47.572	143%	-5%	50.053	105%	-5%	59.845	120%	-5%	65.859	110%	-5%	66.465	101%	-5%	69.166	104%	-5%	70.460	102%	-5%	2.920	4%	-5%	4.082	140%	-5%
Despesa financeira	- 35.118	186%	5%	- 41.471	118%	6%	- 52.549	127%	7%	- 68.586	131%	7%	- 84.745	124%	7%	- 93.493	110%	7%	- 100.354	107%	7%	- 108.686	109%	7%	- 114.886	105%	7%	- 130.047	115%	7%	- 17.621	13%	7%	- 19.626	111%	7%

132. Conforme a DRE consolidada, em fevereiro/2026 a Receita Financeira acumulada atingiu R\$ 4.082 mil, enquanto a Despesa Financeira acumulada alcançou R\$ 35.253 mil. Considerando que em janeiro/2026 esses saldos eram, respectivamente, de R\$ 2.920 mil e R\$ 17.621 mil, conclui-se que, no mês de fevereiro/2026, a receita financeira do período foi de aproximadamente R\$ 1.162 mil, ao passo que a despesa financeira do mês foi de aproximadamente R\$ 17.632 mil.

133. A combinação desses movimentos resultou em resultado financeiro líquido acumulado negativo de R\$ 31.171 mil no primeiro bimestre de 2026. Isoladamente em fevereiro, o resultado financeiro líquido do mês foi negativo em aproximadamente R\$ 16.470 mil, evidenciando manutenção de pressão financeira elevada sobre o desempenho consolidado do Grupo.



134. **Receitas financeiras (R\$/mil):**

(média mensal acumulada = receita financeira acumulada ÷ nº de meses corridos)

- FEVEREIRO/2025: R\$ 10.246 MIL
- MARÇO/2025: R\$ 8.910 MIL (-13,0%)
- ABRIL/2025: R\$ 7.999 MIL (-10,2%)
- MAIO/2025: R\$ 6.662 MIL (-16,7%)



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

- JUNHO/2025: R\$ 7.929 MIL (+19,0%)
- JULHO/2025: R\$ 7.150 MIL (-9,8%)
- AGOSTO: R\$ 7.481 MIL (+4,6%)
- SETEMBRO: 7.318 (-2,2% M/M)
- OUTUBRO: 6.648 (-9,2% M/M)
- NOVEMBRO: 6.288 (-5,4% M/M)
- DEZEMBRO: 5.872 (-6,6% M/M)
- JANEIRO/26: 2.920
- FEVEREIRO/26: 2.041

135. **Leitura.** Em fevereiro/2026, a média mensal acumulada das receitas financeiras caiu para R\$ 2.041 mil/mês, abaixo dos R\$ 2.920 mil/mês observados em janeiro/2026 e muito inferior ao patamar médio acumulado ao final de dezembro/2025 (R\$ 5.872 mil/mês). O comportamento indica redução adicional da contribuição das receitas financeiras no início de 2026, sugerindo menor geração de rendimentos financeiros, juros ativos, variações monetárias ativas ou outras rubricas correlatas.



136. **Despesas financeiras – (R\$/mil):**

- Fevereiro/2025: R\$ 9.447 mil (-20,9%)
- Março/2025: R\$ 11.706 mil (+23,9%)
- Abril/2025: R\$ 10.368 mil (-11,4%)
- Maio/2025: R\$ 10.510 mil (+1,4%)



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- Junho/2025: R\$ 11.431 mil (+8,8%)
 - Julho/2025: R\$ 12.106 mil (5,9%)
 - Agosto/2025: R\$ 11.687 mil(-3,5%)
 - Setembro/2025: 11.150 (-4,6%)
 - Outubro/2025: 10.968 (-1,6%)
 - Novembro/2025: 10.453 (-4,7%)
 - dezembro/2025: 11.004 (+5,3% m/m)
 - Janeiro/2026: 17.621
 - Fevereiro/2026: 17.626 (+0,03%)

137. **Leitura.** A despesa financeira média acumulada em fevereiro/2026 atingiu aproximadamente R\$ 17.626 mil/mês, praticamente em linha com o valor de janeiro/2026 (R\$ 17.621 mil/mês), mas ainda em patamar muito superior à média acumulada observada ao final de 2025 (R\$ 11.004 mil/mês). Isso evidencia que o custo do endividamento permaneceu extremamente elevado também no segundo mês do exercício, sem sinal relevante de alívio financeiro no curto prazo.

138. **Resultado financeiro líquido – médias (receitas – despesas, R\$ mil):**

- fev/25: +799
- mar/25: -2.796
- abr/25: -2.369
- mai/25: -3.848
- jun/25: -3.502
- jul/25: -4.956
- ago/25: -4.206
- set/25: -3.832
- out/25: -4.320
- nov/25: -4.165
- dez/25: -5.132
- jan/26: -14.701



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

- fev/26: -15.585

139. Médias consolidadas:

- **Jan–dez/2025 (12 meses):**
 - Receitas financeiras médias: **R\$ 5.872 mil/mês**
 - Despesas financeiras médias: **R\$ 11.004 mil/mês**
 - Resultado financeiro médio: **–R\$ 5.132 mil/mês**
- **Jan-Fev/2026 (2 meses):**
 - Receitas financeiras médias: **R\$ 2.041 mil/mês**
 - Despesas financeiras médias: **R\$ 17.626 mil/mês**
 - Resultado financeiro médio: **- R\$ 15.585 mil/mês**

140. O comportamento de fevereiro/2026 confirma que o resultado financeiro negativo permanece como um dos principais vetores do prejuízo consolidado do Grupo Patense. Houve, no mês, redução da receita financeira média e manutenção da despesa financeira em nível muito elevado, o que aprofundou o déficit financeiro médio do exercício para aproximadamente R\$ 15.585 mil/mês, patamar substancialmente pior que o observado ao final de 2025.

141. Do ponto de vista econômico-financeiro, o quadro reforça que a fragilidade do Grupo não decorre apenas da operação, mas sobretudo do peso estrutural do endividamento e dos encargos associados. A pressão financeira continua limitando a capacidade de conversão da receita operacional em resultado líquido positivo e segue comprometendo a recomposição patrimonial.

5.1.13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

DRE - GRUPO PATENSE																																				
Demonstração do Resultado	mar/25	% EV (fev/mar)	% AV	abr/25	% EV (mar/abr)	% AV	mai/25	% EV (abr/mai)	% AV	jun/25	% EV (mai/jun)	% AV	jul/25	% EV (jun/jul)	% AV	ago/25	% EV (jul/ago)	% AV	set/25	% EV (ago/set)	% AV	out/25	% EV (set/out)	% AV	nov/25	% EV (out/nov)	% AV	dez/25	% EV (nov/dez)	% AV	jan/26	% EV (dez/jan)	% AV	fev/26	% EV (jan/fev)	% AV
Despesas administrativas	- 35.734	164%	8%	- 49.478	136%	7%	- 59.884	124%	8%	- 74.029	124%	8%	- 85.273	115%	8%	- 95.474	112%	8%	- 105.236	110%	8%	- 114.459	109%	8%	- 123.791	108%	8%	- 143.369	116%	8%	- 9.146	8%	8%	- 17.516	192%	8%

142. Média mensal acumulada – R\$ mil:

- Fevereiro/2025: R\$ 10.920 mil
- Março/2025: R\$ 11.911 mil (+9,1%)
- Abril/2025: R\$ 12.119 mil (+1,7%)
- Maio/2025: R\$ 11.977 mil (–1,2%)
- Junho/2025: R\$ 12.338 mil (+3,0%)



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- Julho/2025: R\$ 12.182 mil (-1,3%)
 - Agosto/2025: R\$ 11.934 mil (-2,0%)
 - Setembro/2025: R\$ 11.700 mil (-2,0%)
 - Outubro/2025: R\$ 11.446 mil (-2,2%)
 - Novembro/2025: R\$ 11.254 mil (-1,7%)
 - dezembro/25: 11.947 (+6,2% vs nov/25)
 - janeiro/2026: 9.146
 - fevereiro/2026: 8.758

143. Indicadores consolidados

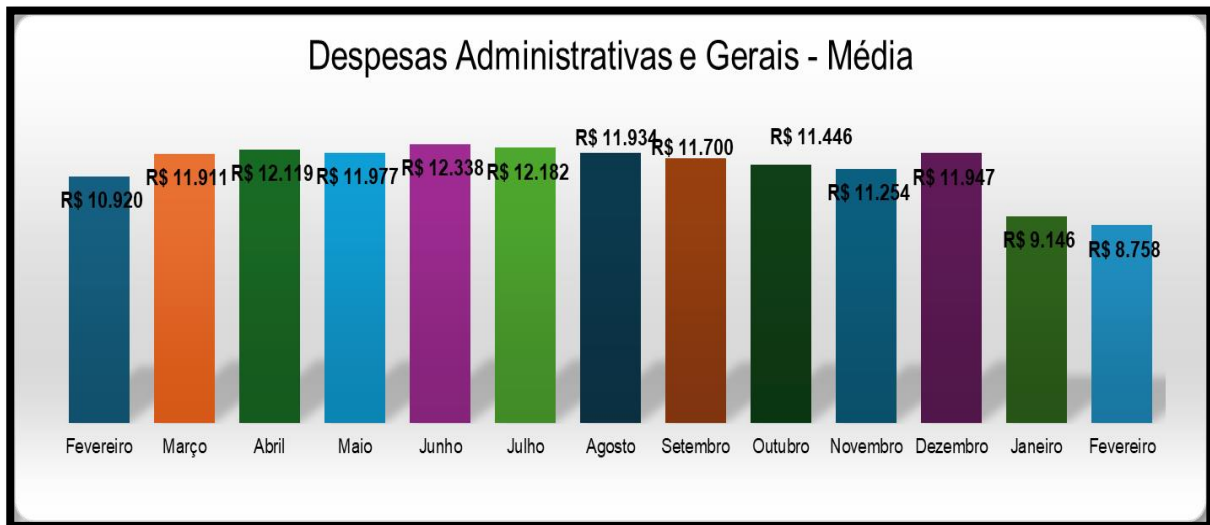
- **Média simples jan→dez/2025: R\$ 11.728 mil/mês**
- **Faixa do período em 2025: R\$ 10.920 mil a R\$ 12.338 mil/mês**, com baixa volatilidade ao longo do exercício
- **Jan/26 vs. média simples de 2025: -22,0%**
- **Fev/26 vs. jan/26: -4,2%**
- **Fev/26 vs. fev/25: -19,8%**
- **Fev/26 vs. média simples de 2025: -25,3%**

144. Leitura:

- 1. Continuidade da base acumulada do novo exercício.** Em fevereiro/2026, a rubrica de despesas administrativas e gerais atingiu média mensal acumulada de **R\$ 8.758 mil/mês**, inferior ao valor de **janeiro/2026 (R\$ 9.146 mil/mês)**. Considerando os dados apresentados, observa-se que o comportamento do primeiro bimestre mantém a despesa administrativa em patamar mais contido do que o padrão observado em 2025.
- 2. Patamar inferior à média histórica de 2025.** O valor de fevereiro/2026 permaneceu abaixo tanto da média mensal acumulada encerrada em **dezembro/2025 (R\$ 11.947 mil/mês)** quanto da **média simples de 2025 (R\$ 11.728 mil/mês)**, sugerindo continuidade de postura mais restritiva na estrutura de gastos administrativos no início do novo exercício.
- 3. Relação com a receita do mês.** Considerando a **Receita Operacional Líquida de fevereiro/2026 em R\$ 54.403 mil**, a despesa administrativa média de **R\$ 8.758 mil** representa aproximadamente **16,1% da receita líquida do mês**, percentual

ligeiramente inferior ao observado em janeiro/2026 (**16,9%**). Isso indica discreta melhora relativa da relação entre gasto administrativo e faturamento.

- 4. Sinal de contenção, mas com necessidade de monitoramento qualitativo.** A redução observada em fevereiro reforça a percepção de disciplina sobre gastos administrativos e gerais. Todavia, será necessário acompanhar a composição da rubrica ao longo dos meses seguintes para verificar se o patamar mais baixo decorre de contenção estrutural, reclassificações contábeis, postergação de despesas ou simples acomodação pontual do início do exercício.



5.1.14. DESPESAS COMERCIAIS

DRE - GRUPO PATENSE																																				
Demonstração do Resultado	mar/25	% EV (fev/mar)	% AV	abr/25	% EV (mar/abr)	% AV	mai/25	% EV (abr/mai)	% AV	jun/25	% EV (mai/jun)	% AV	jul/25	% EV (jun/jul)	% AV	ago/25	% EV (jul/ago)	% AV	set/25	% EV (ago/set)	% AV	out/25	% EV (set/out)	% AV	nov/25	% EV (out/nov)	% AV	dez/25	% EV (nov/dez)	% AV	jan/26	% EV (dez/jan)	% AV	fev/26	% EV (jan/fev)	% AV
Despesas comerciais	36.786	122%	5%	44.398	124%	6%	50.644	114%	7%	58.517	116%	7%	71.682	122%	7%	78.749	110%	7%	85.684	109%	7%	94.004	110%	7%	101.276	106%	7%	108.484	108%	7%	5.028	5%	7%	9.801	195%	7%

145. Médias mensais – jan/25 → fev/26 (R\$ mil):

- jan: 16.345
- fev: 14.654 (–10,3% m/m)
- mar: 11.929 (–18,6%)
- abr: 11.099 (–7,0%)
- mai: 10.129 (–8,7%)
- jun: 9.753 (–3,7%)



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

- jul: 10.223 (+4,8%)
- ago: 9.844 (-3,7%)
- set: 9.520 (-3,3%)
- out: 9.400 (-1,3%)
- nov: 9.207 (-2,1%)
- dez: 8.208 (-10,9% m/m)
- jan/26: 5.028 (-44,9%)
- fev/26: 4.901 (2,5%)

INDICADORES CONSOLIDADOS

- **Média simples jan→dez/2025: R\$ 10.859 mil/mês**
- **Faixa em 2025: R\$ 8.208 mil a R\$ 16.345 mil**
- **Jan/26 vs. média simples de 2025: -53,7%**
- **Fev/26 vs. jan/26: -2,5%**
- **Fev/26 vs. fev/25: -66,6%**
- **Fev/26 vs. média simples de 2025: -54,9%**



146. LEITURA GERENCIAL:

- Em fevereiro/2026, a despesa comercial média do Grupo Patense atingiu R\$ 4.901 mil, ficando 2,5% abaixo do patamar observado em janeiro/2026 (R\$ 5.028 mil). O



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

comportamento confirma a manutenção da rubrica em nível substancialmente inferior ao histórico de 2025 e reforça a continuidade do movimento de compressão das despesas comerciais já identificado no início do novo exercício.

- No comparativo com fevereiro/2025, quando a despesa comercial média era de R\$ 14.654 mil, o recuo foi de aproximadamente 66,6%, o que evidencia mudança expressiva no padrão de dispêndio comercial ao longo dos últimos doze meses. Também em relação à média simples de 2025 (R\$ 10.859 mil/mês), o valor de fevereiro/2026 permanece bastante reduzido, situando-se cerca de 54,9% abaixo desse parâmetro.
- Sob a ótica gerencial, o comportamento de fevereiro confirma que o Grupo iniciou 2026 com nível de despesa comercial muito mais baixo do que o padrão histórico recente. Em princípio, esse movimento pode ser interpretado como resultado de disciplina financeira, racionalização de incentivos, fretes, comissões, campanhas e outros dispêndios correlatos. Ao mesmo tempo, a persistência da rubrica em patamar tão comprimido exige monitoramento qualitativo, a fim de verificar se a redução de gastos não compromete, no médio prazo, o volume de vendas, a cobertura comercial, a competitividade e a sustentação do faturamento.

147. Eficiência relativa frente à receita

- Considerando a Receita Operacional Líquida de fevereiro/2026 em R\$ 54.403 mil, a despesa comercial do mês representou aproximadamente 9,0% da receita líquida (R\$ 4.901 mil / R\$ 54.403 mil). O percentual ficou ligeiramente abaixo do observado em janeiro/2026, quando essa relação era de aproximadamente 9,3%, sugerindo manutenção de ganho relativo de eficiência entre gasto comercial e faturamento.
- Em termos gerenciais, a rubrica continua apresentando peso menor sobre a receita quando comparada ao padrão histórico de 2025, o que é favorável sob a ótica de caixa e de disciplina operacional. Ainda assim, o benefício financeiro de curto prazo deve ser equilibrado com a necessidade de sustentação da capacidade comercial do Grupo

5.1.15. RESULTADO OPERACIONAL

DRE - GRUPO PATENSE																																				
Demonstração do Resultado	mar/25	% EV (levimar)	% AV	abr/25	% EV (mar/abr)	% AV	mai/25	% EV (abr/mai)	% AV	jun/25	% EV (mai/jun)	% AV	jul/25	% EV (jun/jul)	% AV	ago/25	% EV (jul/ago)	% AV	set/25	% EV (ago/set)	% AV	out/25	% EV (set/out)	% AV	nov/25	% EV (out/nov)	% AV	dez/25	% EV (nov/dez)	% AV	jan/26	% EV (dez/jan)	% AV	fev/26	% EV (jan/fev)	% AV
Resultado antes das receitas	33.090	159%	5%	48.709	143%	7%	55.171	113%	8%	56.065	102%	8%	78.671	140%	8%	93.462	119%	8%	104.268	112%	8%	113.547	109%	8%	127.201	112%	8%	177.882	140%	8%	6.605	-4%	8%	3.567	-54%	8%



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL



Comportamento em fevereiro/2026:

148. Em fevereiro/2026, o Grupo Patense apresentou resultado operacional negativo antes do financeiro, revertendo o desempenho positivo observado em janeiro/2026. A dinâmica do mês decorre da combinação entre: (i) receita operacional líquida de R\$ 54.403 mil; (ii) custos dos produtos e serviços vendidos de aproximadamente R\$ 51.661 mil; (iii) despesas comerciais de R\$ 4.901 mil; (iv) despesas administrativas de aproximadamente R\$ 8.370 mil; e (v) efeito líquido insuficiente das demais receitas e despesas operacionais para sustentar resultado operacional positivo, culminando em resultado operacional de -R\$ 1.783 mil antes do financeiro.

Composição do resultado – fev/2026:

- Receita líquida: R\$ 54.403 mil
- Custos: R\$ 51.661 mil
- Despesas comerciais: R\$ 4.901 mil
- Despesas administrativas: aproximadamente R\$ 8.370 mil
- Resultado operacional (antes do financeiro): -R\$ 1.783 mil

149. Após o resultado operacional positivo de R\$ 6.605 mil em janeiro/2026, o mês de fevereiro/2026 registrou retorno ao campo negativo, com resultado operacional de -R\$ 1.783 mil. A variação entre os dois meses foi, portanto, negativa em aproximadamente R\$ 8.388 mil, evidenciando perda de fôlego operacional logo no início do exercício.

150. Sob a ótica gerencial, o comportamento de fevereiro indica que a melhora observada em janeiro não se consolidou de forma linear. Embora a receita líquida tenha permanecido praticamente estável entre os dois meses, o conjunto de custos e despesas voltou a pressionar o desempenho operacional, impedindo a manutenção do resultado positivo antes do financeiro.



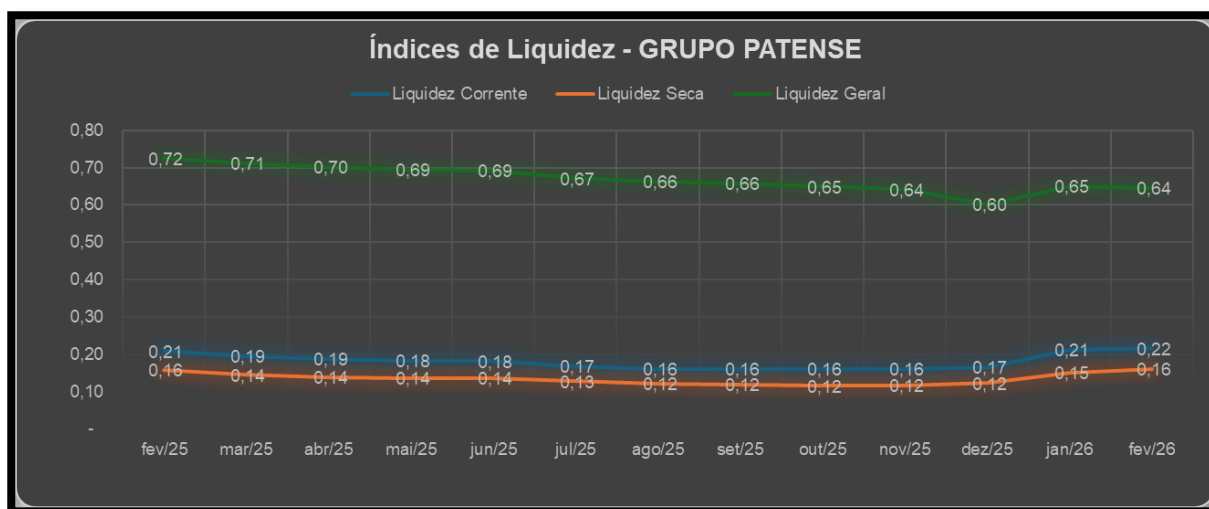
DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

151. O gráfico histórico reforça essa leitura. Após sequência prolongada de resultados operacionais negativos ao longo de 2025, janeiro/2026 representou exceção pontual, enquanto fevereiro voltou a se aproximar do padrão deficitário predominante na série, ainda que em intensidade muito menor do que em meses mais pressionados do exercício anterior.

Comentários Gerenciais:

- Reversão do sinal operacional: fevereiro/2026 interrompeu a melhora pontual observada em janeiro e voltou a apresentar resultado operacional negativo antes do financeiro.
- Receita estável, mas ainda insuficiente: a relativa estabilidade do faturamento não foi suficiente para compensar integralmente os custos e despesas operacionais do mês.
- Pressão operacional persistente: mesmo com despesas comerciais e administrativas em patamares mais contidos do que os observados em 2025, a margem operacional ainda se mostra frágil.
- Equilíbrio operacional ainda não consolidado: o comportamento do primeiro bimestre de 2026 demonstra que a recuperação do resultado operacional permanece instável e sujeita a oscilações relevantes.

5.1.16. ÍNDICES DE LIQUIDEZ



152. Em fevereiro/2026, os indicadores de liquidez do Grupo Patense permaneceram abaixo de 1,0, evidenciando que o Grupo continua operando em cenário de restrição financeira e insuficiência estrutural de ativos realizáveis frente às obrigações exigíveis. Ainda assim, o mês apresentou leve melhora da liquidez corrente e da liquidez seca em relação a janeiro/2026, ao passo que a liquidez geral recuou marginalmente, sinalizando que a melhora de curtíssimo prazo não se traduziu em avanço da solvência global.



a) Liquidez Corrente (LC)

- fev/25: 0,21
- mar/25: 0,19
- abr/25: 0,19
- mai/25: 0,18
- jun/25: 0,18
- jul/25: 0,17
- ago/25: 0,16
- set/25: 0,16
- out/25: 0,16
- nov/25: 0,16
- dez/25: 0,17
- jan/26: 0,21
- fev/26: 0,22

Variações relevantes

- jan/26 → fev/26: 0,21 → 0,22 (+4,8%)
- fev/25 → fev/26: 0,21 → 0,22 (+4,8%)
- **Leitura.** A Liquidez Corrente apresentou nova melhora em fevereiro/2026, passando de 0,21 para 0,22. Em termos práticos, isso significa que, para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, o Grupo passou a dispor de aproximadamente R\$ 0,22 em ativos circulantes. Embora o avanço seja positivo, o indicador permanece em nível bastante baixo, muito aquém do parâmetro de equilíbrio, o que confirma a continuidade do quadro de insuficiência de capital de giro.

b) Liquidez Seca (LS)

- fev/25: 0,16
- mar/25: 0,14
- abr/25: 0,14
- mai/25: 0,14



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- jun/25: 0,14
 - jul/25: 0,13
 - ago/25: 0,12
 - set/25: 0,12
 - out/25: 0,12
 - nov/25: 0,12
 - dez/25: 0,12
 - jan/26: 0,15
 - fev/26: 0,16
 - Variações relevantes
 - jan/26 → fev/26: 0,15 → 0,16 (+6,7%)
 - fev/25 → fev/26: 0,16 → 0,16 (estabilidade)
- **Leitura.** A Liquidez Seca, que exclui os estoques da análise, também apresentou leve melhora em fevereiro/2026, passando de 0,15 para 0,16. Isso significa que, desconsiderados os estoques, o Grupo passou a ter cobertura de aproximadamente 16% das obrigações de curto prazo por ativos mais líquidos, como caixa, equivalentes de caixa e contas a receber. Ainda assim, o indicador continua em patamar bastante restrito, evidenciando elevada exposição a riscos de iliquidez operacional, especialmente diante de atrasos em recebimentos ou concentração de vencimentos no curto prazo.
- **c) Liquidez Geral (LG)**
 - fev/25: 0,72
 - mar/25: 0,71
 - abr/25: 0,70
 - mai/25: 0,69
 - jun/25: 0,69
 - jul/25: 0,67
 - ago/25: 0,66
 - set/25: 0,66
 - out/25: 0,65



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- nov/25: 0,64
 - dez/25: 0,60
 - jan/26: 0,65
 - fev/26: 0,64
 - Variações relevantes
 - jan/26 → fev/26: 0,65 → 0,64 (-1,5%)
 - fev/25 → fev/26: 0,72 → 0,64 (-11,1%)
- **Leitura.** A Liquidez Geral apresentou leve recuo em fevereiro/2026, passando de 0,65 para 0,64, o que indica pequena piora da capacidade de cobertura das obrigações totais por ativos realizáveis de curto e longo prazo. Apesar da melhora observada nos indicadores de curto prazo, a liquidez geral continua refletindo o desequilíbrio patrimonial estrutural do Grupo, uma vez que o índice permanece abaixo de 1,0, sinalizando que parcela relevante do passivo exigível segue sem cobertura patrimonial suficiente.

5.1.17. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

153. O Capital Circulante Líquido (CCL) do Grupo Patense encerrou fevereiro/2026 em –R\$ 840.354 mil, representando piora de R\$ 7.920 mil em relação a janeiro/2026, quando o saldo era de –R\$ 832.434 mil.

154. A deterioração decorre do fato de que o aumento do Ativo Circulante no mês não foi suficiente para compensar a elevação do Passivo Circulante, mantendo o déficit de capital de giro em patamar fortemente negativo. Assim, embora o quadro de fevereiro permaneça substancialmente melhor do que o observado no encerramento de dezembro/2025, o Grupo continua operando com insuficiência estrutural de liquidez de curto prazo.

155. Evolução do CCL – nov/2024 → fev/2026 (R\$ mil)

Mês/ano	Ativo Circulante	Passivo Circulante	CCL	Var. m/m do CCL
nov/24	386.801	1.525.709	-1.138.908	—
dez/24	334.533	1.543.738	-1.209.205	-70.297
jan/25	321.106	1.546.182	-1.225.076	-15.871
fev/25	321.768	1.547.180	-1.225.412	-336



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Mês/ano	Ativo Circulante	Passivo Circulante	CCL	Var. m/m do CCL
mar/25	303.224	1.559.953	-1.256.729	-31.317
abr/25	293.787	1.566.143	-1.272.356	-15.627
mai/25	285.327	1.570.857	-1.285.530	-13.174
jun/25	284.685	1.572.840	-1.288.155	-2.625
jul/25	264.519	1.573.151	-1.308.632	-20.477
ago/25	252.049	1.568.634	-1.316.585	-7.953
set/25	254.786	1.580.938	-1.326.152	-9.567
out/25	256.494	1.596.284	-1.339.790	-13.638
nov/25	256.814	1.607.639	-1.350.825	-11.035
dez/25	265.342	1.606.159	-1.340.817	+10.008
jan/26	224.686	1.057.120	-832.434	+508.383
fev/26	230.875	1.071.229	-840.354	-7.920

156. Em comparação com novembro/2024, o CCL ainda apresenta melhora acumulada de aproximadamente R\$ 298.554 mil, passando de -R\$ 1.138.908 mil para -R\$ 840.354 mil em fevereiro/2026, embora permaneça fortemente negativo. Após a expressiva melhora registrada em janeiro, fevereiro mostrou recuo moderado, indicando que o alívio obtido no início do exercício não se consolidou integralmente no mês subsequente.

157. Ativo Circulante (jan/26 -> fev/26)

- O **Ativo Circulante** elevou-se de R\$ 224.686 mil para R\$ 230.875 mil (+R\$ 6.189 mil; +2,8%), com os seguintes movimentos principais:



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- Disponível: R\$ 11.397 mil → R\$ 11.298 mil (–R\$ 99 mil)
 - Clientes (Contas a Receber CP): R\$ 44.033 mil → R\$ 57.912 mil (+R\$ 13.879 mil)
 - Estoques: R\$ 65.141 mil → R\$ 59.876 mil (–R\$ 5.265 mil)
 - Impostos a recuperar (CP): R\$ 64.189 mil → R\$ 62.321 mil (–R\$ 1.868 mil)
 - Adiantamentos: R\$ 19.722 mil → R\$ 20.030 mil (+R\$ 308 mil).

158. Sob a ótica gerencial, o aumento do ativo circulante em fevereiro decorreu, principalmente, da recomposição da carteira de clientes, parcialmente compensada pela redução de estoques, de créditos tributários de curto prazo e pela ligeira retração do disponível.

159. **Passivo Circulante (jan/26 -> fev/26)**

- O **Passivo Circulante** elevou-se de R\$ 1.057.120 mil para R\$ 1.071.229 mil (+R\$ 14.109 mil; +1,3%), com destaque para:
 - **Empréstimos e financiamentos CP:** R\$ 672.185 mil → R\$ 673.928 mil (+R\$ 1.743 mil)
 - **Fornecedores CP:** houve recomposição da rubrica total de fornecedores no mês, sugerindo retomada moderada das obrigações comerciais
 - **Demais passivos correntes:** mantiveram o circulante em patamar ainda bastante elevado, superior a R\$ 1 bilhão.

160. Assim, a piora do CCL em fevereiro decorreu do fato de que o crescimento do passivo circulante superou a recomposição do ativo circulante, reintroduzindo pressão adicional sobre o capital de giro.

5.1.18. ENDIVIDAMENTO GERAL

161. **Síntese.** Em fevereiro/2026, a estrutura de capital do Grupo Patense permaneceu fortemente pressionada, mantendo quadro de elevada alavancagem patrimonial e financeira. O índice de Endividamento Geral, apurado pela relação entre Passivo Exigível e Ativo Total, atingiu 155,1%, mantendo-se em patamar substancialmente superior a 100%, o que evidencia a permanência da insolvência técnica do Grupo. Em termos práticos, isso significa que, ao final de fevereiro/2026, o volume de obrigações exigíveis ainda superava a totalidade dos ativos consolidados, preservando desequilíbrio estrutural na base patrimonial, apesar da melhora observada no início do exercício em comparação com o encerramento de dezembro/2025.

162. **Evolução do endividamento geral – nov/2024 → fev/2026**

(valores em R\$ mil)



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- nov/24: Passivo Exigível 1.811.599 | Ativo Total 1.397.159 | 129,7%
 - dez/24: 1.766.704 | 1.299.243 | 136,0%
 - jan/25: 1.728.901 | 1.285.610 | 134,5%
 - fev/25: 1.710.250 | 1.270.845 | 134,6%
 - mar/25: 1.692.862 | 1.256.626 | 134,7%
 - abr/25: 1.688.587 | 1.241.101 | 136,0%
 - mai/25: 1.768.184 | 1.226.325 | 144,2%
 - jun/25: 1.765.782 | 1.221.255 | 144,6%
 - jul/25: 1.765.277 | 1.184.467 | 149,1%
 - ago/25: 1.758.160 | 1.163.602 | 151,1%
 - set/25: 1.766.067 | 1.159.856 | 152,3%
 - out/25: 1.779.636 | 1.155.441 | 154,0%
 - nov/25: 1.788.576 | 1.148.107 | 155,8%
 - dez/25: Passivo Exigível 1.787.436 | Ativo Total 1.074.195 | 166,4%
 - jan/26: Passivo Exigível 1.508.698 | Ativo Total 979.579 | 154,0%
 - fev/26: Passivo Exigível: 1.519.981 mil | Ativo Total: 979.947 mil | 155,1%

163. Análise técnica (jan/26 → fev/26):

- Em fevereiro/2026, o Passivo Exigível passou de R\$ 1.508.698 mil para R\$ 1.519.981 mil, com aumento de R\$ 11.283 mil (+0,7%). No mesmo período, o Ativo Total passou de R\$ 979.579 mil para R\$ 979.947 mil, com variação positiva de apenas R\$ 368 mil (+0,04%). Em decorrência desse comportamento, o índice de Endividamento Geral apresentou leve piora, passando de 154,0% para 155,1%, com aumento de aproximadamente 1,1 ponto percentual.

5.1.19. COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

164. Passivo Circulante (CP)

- Total CP: R\$ 1.071.229 mil
- Empréstimos e financiamentos – CP: R\$ 673.928 mil
- Fornecedores – CP: R\$ 193.544 mil



165. **Passivo Não Circulante (LP)**

- Total LP: R\$ 448.752 mil
- Empréstimos e financiamentos – LP: R\$ 213.180 mil
- Fornecedores – LP: R\$ 119.075 mil

166. A composição do exigível confirma que o Grupo continua operando com forte concentração de obrigações no curto prazo, embora ainda preserve parcela relevante do passivo financeiro e comercial alocada no longo prazo em razão do reperfilamento ocorrido no início do exercício. Em fevereiro, contudo, o avanço do passivo circulante e a redução discreta do passivo não circulante indicam que não houve novo alongamento material do endividamento, mas sim acomodação da estrutura já reclassificada.

5.1.20. INDICADORES DE RENTABILIDADE

167. Os indicadores de rentabilidade permanecem centrais para a avaliação da eficiência operacional e da capacidade de geração de retorno econômico do Grupo Patense. Na data deste RMA, os índices consolidados de margem já permitem leitura comparativa do primeiro bimestre de 2026, com destaque para a comparação entre janeiro/2026 e fevereiro/2026, bem como referência histórica ao encerramento de dezembro/2025.

168. **Evolução e leitura consolidada (jan/26 → fev/26).** As margens do Grupo permaneceram pressionadas em fevereiro/2026, com piora da rentabilidade operacional em relação a janeiro. Considerando os dados já apurados até aqui, observou-se no mês:

- **Margem Bruta: aproximadamente 5,0 %**
- **(lucro bruto de R\$ 2.742 mil sobre receita líquida de R\$ 54.403 mil).**
- **Margem Líquida (antes do financeiro): aproximadamente –3,3%**
- **(resultado operacional de - R\$ 1.783 mil sobre receita líquida de R\$ 54.403 mil).**

169. Em comparação com janeiro/2026, houve piora da margem bruta, que anteriormente era de aproximadamente 6,96%, refletindo maior pressão relativa dos custos sobre a receita líquida. A deterioração também alcançou a margem operacional, uma vez que o Grupo passou de resultado operacional positivo em janeiro (R\$ 6.605 mil) para resultado operacional negativo em fevereiro (- R\$ 1.783 mil).

170. A leitura econômica do mês indica que, embora a receita líquida tenha permanecido praticamente estável entre janeiro e fevereiro, a estrutura de custos e despesas voltou a pressionar o desempenho operacional, reduzindo a capacidade de formação de resultado antes mesmo da incidência do forte peso financeiro.

- **Leitura Gerencial**



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

171. A margem bruta de fevereiro/2026 revela que o custo dos produtos e serviços vendidos continuou absorvendo parcela muito elevada da receita operacional líquida, limitando a geração de valor na atividade principal. Em outras palavras, o Grupo manteve faturamento estável, mas sem conseguir preservar nível de margem suficiente para sustentar resultado operacional positivo.

172. A margem operacional negativa de fevereiro mostra que a melhora observada em janeiro não se consolidou no mês subsequente. O comportamento do bimestre inicial de 2026 indica que a rentabilidade do Grupo continua sensível a pequenas oscilações de custo, despesa e composição das demais receitas e despesas operacionais.

173. Além disso, permanece válido o diagnóstico de que o peso da estrutura de endividamento continua sendo fator decisivo de corrosão do resultado econômico. Assim, ainda que a maior deterioração de fevereiro tenha ocorrido já no plano operacional, o quadro geral de rentabilidade segue comprometido também pela magnitude das despesas financeiras

Comparação sintética – janeiro x fevereiro/2026

- Receita líquida
 - o jan/26: R\$ 54.215 mil
 - o fev/26: R\$ 54.403 mil
 - o variação: +0,3%
- Margem Bruta
 - o jan/26: 6,96%
 - o fev/26: ~5,0%
 - o leitura: piora da capacidade de geração de resultado bruto
- Margem Operacional
 - o jan/26: 12,2%
 - o fev/26: -3,3%
 - o leitura: reversão do resultado operacional positivo para negativo

174. Em síntese, o quadro de rentabilidade em fevereiro/2026 demonstra perda de eficiência econômica em relação ao mês anterior, reforçando que a melhora observada em janeiro tinha caráter ainda frágil e não representava reversão estrutural consolidada

5.2. ANÁLISE DA CONTABILIDADE DOS PRODUTORES RURAIS

175. A partir de jan/2025, a base contábil do Grupo passou a consolidar, além dos produtores pessoas jurídicas (PJ), os produtores pessoas físicas (PF).



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

176. Até dez/2024, o módulo PJ registrava exclusivamente capital integralizado de R\$ 45 mil (9 cotistas), integralmente alocado em disponível, sem ativos permanentes e sem passivos reconhecidos — estrutura que permaneceu, em essência, inalterada ao longo de 2025 e até fevereiro/2026 no PJ isoladamente, conforme a base utilizada neste RMA.

177. Com a incorporação dos PF, houve ampliação expressiva do ativo consolidado do segmento rural (PJ + PF), com maior representatividade de estoques agrícolas, imobilizado e ativos biológicos, acompanhada do reconhecimento de passivos relevantes, com predominância de obrigações de longo prazo, compatíveis com o ciclo produtivo rural e com estruturas de financiamento típicas do setor.

178. Na posição consolidada analisada até fevereiro/2026, os demonstrativos continuam confirmando a tendência estrutural observada desde o início do exercício, notadamente:

- expansão patrimonial do segmento rural consolidado (PJ + PF), em comparação ao cenário anterior, em que o módulo PJ isolado apresentava estrutura patrimonial mínima;
- alavancagem elevada, com passivos expressivos reconhecidos na consolidação dos produtores pessoas físicas;
- déficit patrimonial persistente nos PF, reforçando a necessidade de governança contábil, padronização de critérios e conciliações sistemáticas entre os módulos PF e PJ

179. Sob a ótica técnica, a consolidação do segmento rural continua exigindo leitura cautelosa, pois a maior complexidade patrimonial e financeira introduzida pelos produtores PF demanda controles analíticos mais robustos, especialmente quanto à mensuração de estoques, ativos biológicos, imobilizado e financiamentos vinculados ao ciclo rural

ATIVO CONSOLIDADO - AGRICULTORES PJ													
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
Ativo Circulante	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000
Disponível	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000
Contas a receber													
Estoques													
Estoques em andamento													
Adiantamentos													
Despesas antecipadas													
Outros ativos													
Ativo Não Circulante													
Títulos Valores Imobiliários													
Contas a receber													
Despesas antecipadas													
Crédito com partes relacionadas													
Impostos a recuperar													
Adiantamento a fornecedores													
Ativo fiscal diferido													
Outros ativos													
Ativo biológico													
Imobilizado obra em andamento													
Imobilizado													
Intangível													
Total Ativo	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

PASSIVO CONSOLIDADO - AGRICULTORES PJ													
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
Passivo Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos sócio aporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000
Capital social	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Passivo	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000

ATIVO CONSOLIDADO - AGRICULTORES PF													
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
Ativo Circulante	2.963.844	3.103.124	3.234.440	3.313.669	3.391.433	3.357.345	3.627.868	3.666.095	3.939.605	3.978.759	4.023.353	3.977.307	4.347.358
Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	2.963.844	3.103.124	3.234.440	3.313.669	3.391.433	3.357.345	3.627.868	3.666.095	3.939.605	3.978.759	4.023.353	3.977.307	4.347.358
Estoques em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante	16.137.937	16.379.002	16.546.168	16.679.889	16.889.679	16.974.659	17.208.939	17.483.025	18.039.984	18.719.675	18.719.675	19.023.719	19.078.703
Títulos Valores Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo biológico	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900	995.900
Imobilizado obra em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	15.142.038	15.383.103	15.550.269	15.683.990	15.893.780	15.978.780	16.213.040	16.487.126	17.044.085	17.723.776	17.723.776	18.027.820	18.082.804
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativo	19.101.781	19.482.125	19.780.608	19.993.558	20.281.112	20.332.004	20.836.807	21.139.120	21.979.590	22.698.434	22.743.028	23.001.026	23.426.062

PASSIVO CONSOLIDADO - AGRICULTORES PF													
Balanco Patrimonial (R\$)	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
Passivo Circulante	586.732	668.162	668.162	668.162	668.700	669.613	682.347	682.347	671.313	671.313	671.313	668.162	668.162
Obrigações sociais e Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	1.451	14.186	14.186	3.152	3.152	3.152	-	-
Empréstimos e financiamentos	586.732	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162	668.162
Tributos	-	-	-	-	538	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Não Circulante	21.798.024	22.239.198	22.840.077	23.220.578	23.983.562	24.167.186	24.665.394	25.683.619	27.106.163	28.122.499	28.286.684	28.832.125	28.975.834
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.677.548	3.596.118	3.596.118	3.596.118	3.312.980	3.237.180	3.237.180	3.237.180	3.237.180	3.237.180	3.237.180	3.237.180	3.237.180
Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	18.120.476	18.643.080	19.243.959	19.624.460	20.670.581	20.930.005	21.428.214	22.446.438	23.868.982	24.885.318	25.049.503	25.594.944	25.738.654
Patrimônio líquido	- 3.282.975	- 3.425.234	- 3.727.631	- 3.895.182	- 4.371.150	- 4.504.795	- 4.510.934	- 5.226.847	- 5.797.887	- 6.095.379	- 6.214.969	- 6.499.261	- 6.217.935
Capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	- 3.282.975	- 3.425.234	- 3.727.631	- 3.895.182	- 4.371.150	- 4.504.795	- 4.510.934	- 5.226.847	- 5.797.887	- 6.095.379	- 6.214.969	- 6.499.261	- 6.217.935
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Passivo	19.101.781	19.482.125	19.780.608	19.993.558	20.281.112	20.332.004	20.836.807	21.139.120	21.979.590	22.698.434	22.743.028	23.001.027	23.426.062



5.2.1. ANÁLISE DO ATIVO E PASSIVO PJ E PF

180. **PJ – POSIÇÃO ESTRUTURAL (FEV/25 → FEV/26)**

(i) O módulo PJ, isoladamente considerado, permaneceu sem alterações materiais ao longo de toda a série observada. Em fevereiro/2026, o Ativo Total (PJ) permaneceu em R\$ 45 mil, integralmente registrado em disponível, sem estoques, sem contas a receber e sem ativo permanente. O Passivo (PJ) permaneceu inexistente, e o Patrimônio Líquido (PJ) manteve-se em R\$ 45 mil, correspondente ao capital social, sem variações ao longo de todo o período analisado.

181. **Leitura:** o módulo PJ, isoladamente considerado, permanece neutro do ponto de vista operacional, financeiro e patrimonial. Assim, a dinâmica econômico-financeira do segmento rural continua decorrendo, essencialmente, da consolidação dos produtores rurais PF.

(ii) PF – Ativo Circulante (estoques como principal componente)

- Em fevereiro/2026, o Ativo Circulante (PF) encerrou em R\$ 4.347 mil, ante R\$ 3.977 mil em janeiro/2026, representando elevação de aproximadamente R\$ 370 mil (+9,3% m/m).
- A composição do circulante segue fortemente concentrada em estoques, que totalizaram aproximadamente R\$ 2.964 mil, além de disponível de cerca de R\$ 45 mil e da rubrica outros ativos circulantes, em torno de R\$ 1.337 mil. A série evidencia, portanto, que o circulante do módulo PF continua majoritariamente composto por ativos de baixa liquidez imediata, com destaque para os estoques agrícolas.

182. **Leitura:** o capital de giro do módulo rural PF permanece fortemente concentrado em estoques, o que eleva a dependência da conversão tempestiva desses ativos em vendas e recebimentos para sustentação da liquidez. A elevação do circulante em fevereiro não altera essa característica estrutural, embora represente recomposição moderada em relação ao mês anterior.

(iii) PF – Ativo Não Circulante (base produtiva instalada)

- Em fevereiro/2026, o Ativo Não Circulante (PF) atingiu aproximadamente R\$ 19.358 mil, ante R\$ 19.023 mil em janeiro/2026, registrando acréscimo de cerca de R\$ 335 mil (+1,8% m/m).
- A composição do não circulante permanece concentrada, principalmente, em:

Imobilizado: aproximadamente R\$ 18.082 mil

Ativo biológico: aproximadamente R\$ 1.276 mil



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

183. **Leitura:** a base produtiva do módulo PF permaneceu relevante e operacionalmente representativa, com nova expansão do ativo não circulante em fevereiro/2026. O comportamento da rubrica sugere manutenção da estrutura produtiva instalada, sem evidência, neste recorte, de desmobilização relevante de ativos permanentes.

(iv) PF – Total do Ativo (jan/26 → fev/26)

- O Total do Ativo (PF) atingiu R\$ 23.705 mil em fevereiro/2026, ante R\$ 23.001 mil em janeiro/2026, representando elevação de aproximadamente R\$ 704 mil (+3,1% m/m).
- O aumento do ativo total decorreu da combinação entre:
 - recomposição do ativo circulante, sobretudo em estoques e outros ativos circulantes; e
 - nova elevação do ativo não circulante, em especial no ativo biológico e no imobilizado

(v) PF – Passivo (estrutura alavancada)

- Em fevereiro/2026, a estrutura patrimonial do módulo PF permaneceu fortemente alavancada, com destaque para a predominância do passivo não circulante:
 - Passivo Circulante (PF): aproximadamente R\$ 897 mil
 - Passivo Não Circulante (PF): aproximadamente R\$ 28.976 mil
 - Patrimônio Líquido (PF): aproximadamente –R\$ 6.217 mil.
- Em comparação com janeiro/2026, observa-se:
 - elevação do passivo circulante, de cerca de R\$ 808 mil para R\$ 897 mil;
 - aumento marginal do passivo não circulante, de aproximadamente R\$ 28.853 mil para R\$ 28.976 mil;
 - melhora do patrimônio líquido negativo, que passou de aproximadamente –R\$ 6.660 mil para –R\$ 6.217 mil

184. **Leitura:** a estrutura do passivo do módulo PF continua predominantemente de longo prazo, o que é compatível, em certa medida, com o financiamento do ciclo rural e da base produtiva. Ainda assim, a combinação entre baixo nível de liquidez imediata, circulante concentrado em estoques e passivo total elevado reforça o risco de descasamento financeiro e a necessidade de gestão ativa do endividamento por contrato, vencimento e fonte de pagamento.



5.2.2. ANÁLISE GERAL

185. Pontos Positivos

- Base produtiva instalada preservada e ampliada: o ativo não circulante do módulo PF apresentou novo crescimento em fevereiro/2026, passando de aproximadamente R\$ 19,0 milhões para R\$ 19,4 milhões, indicando manutenção da capacidade produtiva e continuidade operacional do segmento rural.
- Patamar relevante de ativos rurais: o total do ativo PF encerrou fevereiro/2026 em aproximadamente R\$ 23,7 milhões, preservando massa patrimonial operacional relevante no contexto da atividade rural.
- Módulo PJ permanece estável: a estrutura do PJ segue sem passivos e sem oscilações patrimoniais, funcionando como componente neutro dentro da consolidação.
- Melhora do patrimônio líquido negativo do PF: embora ainda deficitário, o patrimônio líquido do módulo PF apresentou melhora em relação a janeiro, passando de aproximadamente –R\$ 6,66 milhões para –R\$ 6,22 milhões, o que indica redução parcial do passivo a descoberto no mês

186. Limitações e Riscos

- Capital de giro pouco líquido: o circulante do PF permanece essencialmente concentrado em estoques, com baixo nível de liquidez imediata, o que mantém fragilidade da capacidade financeira de curto prazo do segmento rural.
- Alavancagem elevada: o módulo PF segue fortemente dependente de passivos, sobretudo de longo prazo, exigindo compatibilização entre o cronograma das obrigações e a geração de caixa por safra e comercialização.
- Déficit patrimonial ainda persistente: apesar da melhora observada em fevereiro, o patrimônio líquido do PF continua negativo, o que reforça a necessidade de maior governança contábil, padronização de critérios e conciliações entre os módulos PF e PJ.
- Dependência da realização dos estoques: a sustentação financeira do segmento rural continua condicionada à adequada realização dos estoques agrícolas, com risco de pressão adicional caso haja atraso no escoamento da produção, oscilação de preços ou perda de capacidade de conversão em caixa.
- Baixa liquidez imediata frente ao passivo corrente: embora o passivo circulante seja inferior ao passivo não circulante, a escassez de disponível e a concentração do circulante em estoques mantêm risco de descasamento financeiro no curto prazo.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

5.3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

5.3.1. QUADRO DE EMPREGADOS

187. Em fevereiro/2026, o quadro de pessoal do Grupo Patense voltou a apresentar redução líquida, revertendo a recomposição observada em janeiro/2026. O movimento permaneceu concentrado, sobretudo, na Rações Patense e na Farol, indicando retomada do ajuste do efetivo operacional após o crescimento pontual verificado no mês anterior.

188. **Totais ao fim de cada mês (jun/25 → fev/26):**

- Jun: 1.490
- Jul: 1.473
- Ago: 1.464
- Set: 1.449
- Out: 1.439
- Nov: 1.434
- Dez: 1.405
- Jan: 1.416
- Fev: 1.401

189. Após o crescimento líquido registrado em janeiro, o efetivo total voltou a recuar em fevereiro/2026, com redução de 15 postos de trabalho em relação ao mês anterior (1.416 → 1.401), equivalente a aproximadamente -1,1%.

FUNCIONÁRIOS - GRUPO PATENSE																				
Empresa do grupo	Outubro				Novembro				Dezembro				Janeiro				Fevereiro			
	Total inicial	Admitidos	Demitidos	Total Final	Total inicial	Admitidos	Demitidos	Total Final	Total inicial	Admitidos	Demitidos	Total Final	Total inicial	Admitidos	Demitidos	Total Final	Total inicial	Admitidos	Demitidos	Total Final
Adesebo	13	0	1	12	12	0	0	12	12	0	0	12	12	0	0	12	12	0	0	12
Farcon	8	0	0	8	8	0	0	8	8	0	0	8	8	0	0	8	8	0	0	8
Farol	128	2	0	130	130	4	1	133	133	2	4	131	131	4	4	131	131	3	6	128
Rações Patense	1202	36	46	1202	1202	31	39	1274	1274	25	51	1248	1248	46	35	1259	1259	27	39	1247
Pess Mellon	8	0	1	7	7	0	0	7	7	0	1	6	6	0	0	6	6	0	0	6
TOTAL	1449	38	48	1439	1439	35	40	1434	1434	27	56	1405	1405	50	39	1416	1416	30	45	1401

5.3.2. ANÁLISE E COMENTÁRIOS

190. **Fluxo mensal (admissões / desligamentos / saldo):**

- Jun: 53 / 62 → -9
- Jul: 54 / 71 → -17



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
- Ago: 56 / 65 → -9
 - Set: 47 / 62 → -15
 - Out: 38 / 48 → -10
 - Nov: 35 / 40 → -5
 - Dez: 27 / 56 → -29
 - Jan: 50 / 39 → +11
 - Fev: 30/45 → -15

191. No acumulado de jun/2025 a fev/2026, registram-se 390 admissões e 488 desligamentos, com saldo líquido de -98 postos, coerente com a variação do efetivo total entre o início e o final do período.

192. **Detalhe por empresa – fevereiro/2026 (admissões / desligamentos / saldo / total final):**

- **Rações Patense: 46 / 35 | -12 | 1.247**
- **Farol: 4 / 4 | -3 | 128**
- **Adesebo: 0 / 0 | 0 | 12**
- **Faricon: 0 / 0 | 0 | 8**
- **Pets Mellon: 0 / 0 | 0 | 6**
- O total consolidado do Grupo passou de 1.416 para 1.401 colaboradores em fevereiro/2026, resultado de 30 admissões e 45 desligamentos no período, com saldo negativo de 15 postos de trabalho.

193. **Leitura Gerencial**

1. Retomada do ajuste do quadro após recomposição pontual em janeiro. Depois da recomposição líquida positiva registrada em janeiro/2026, o mês de fevereiro/2026 voltou a apresentar redução do efetivo, indicando que o avanço do mês anterior não se consolidou como tendência de expansão do quadro.
2. Rações Patense permanece como principal vetor do movimento consolidado. A unidade respondeu pela maior parte da redução líquida do mês, com saldo de -12 postos, reforçando sua centralidade na dinâmica operacional e na gestão do headcount do Grupo.
3. Farol também contribuiu para a retração do efetivo. A empresa apresentou saldo líquido de -3 postos, enquanto Adesebo, Faricon e Pets Mellon permaneceram estáveis no período.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

-
-
4. O comportamento do bimestre indica oscilação, e não expansão estrutural. A sequência janeiro (+11) e fevereiro (-15) sugere movimentação tática do quadro de pessoal, mais associada a ajustes operacionais e recomposições pontuais do que a processo contínuo de crescimento do efetivo consolidado.

4.3.3. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DOS PRODUTORES RURAIS

194. Entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, o quadro de funcionários dos produtores rurais manteve-se globalmente estável, com movimentações pontuais e de baixo impacto no total de postos de trabalho. Até agosto/2025, não se observaram alterações relevantes. Em setembro e outubro, houve ajustes pontuais, sem variação líquida significativa. Em novembro/2025, registrou-se uma admissão, concentrada no produtor Fernando Vilaça Gonçalves, sem desligamentos. Em dezembro/2025, verificou-se, no mesmo produtor, uma admissão e um desligamento, sem alteração líquida do efetivo. Já em fevereiro/2026, houve duas admissões, também concentradas no produtor Fernando Vilaça Gonçalves, sem desligamentos, resultando em recomposição líquida positiva do quadro no módulo rural.

- **CLÊNIO ANTÔNIO GONÇALVES: 2 empregados registrados.**
- **FERNANDO VILAÇA GONÇALVES: 11 funcionários** (*dez: 0 admissões / 0 desligamentos → = 0 líquido do mês*).
- **LENITA VILAÇA GONÇALVES: 1 empregado registrado.**
- **LEANDRO JOSÉ GONÇALVES: 1 empregado registrado.**
- **ANTÔNIO GONÇALVES JUNIOR: 2 empregados registrados**
- **DANIELE CRISTINE BARBOSA, LARISA LOPES BRAGA, MICHELE GONÇALVES MOURA, E REJANE MARQUES OLIVEIRA GONÇALVES: Nenhum empregado registrado.**

6. CONCLUSÃO

195. Os demonstrativos consolidados de fevereiro de 2026 confirmam que o Grupo Patense permanece em cenário de fragilidade econômico-financeira, ainda caracterizado por liquidez insuficiente, elevado endividamento e patrimônio líquido negativo. Embora o início de 2026 tenha revelado melhora relevante em determinados indicadores quando comparado ao encerramento de dezembro de 2025, o comportamento de fevereiro evidencia que tais avanços não se consolidaram de forma linear, persistindo quadro de desequilíbrio estrutural.

196. Sob a ótica da liquidez, o capital circulante líquido encerrou fevereiro/2026 em –R\$ 840.354 mil, ante –R\$ 832.434 mil em janeiro/2026, o que representa piora de R\$ 7.920 mil no mês. Embora o déficit de capital de giro permaneça em nível substancialmente melhor que o observado em



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

dezembro de 2025 (–R\$ 1.340.817 mil), o passivo circulante continua superando de forma expressiva o ativo circulante, preservando pressão relevante sobre o caixa e sobre a gestão do capital de giro. Em fevereiro/2026, o ativo circulante totalizou R\$ 230.875 mil, enquanto o passivo circulante atingiu R\$ 1.071.229 mil.

197. Os índices de liquidez permaneceram abaixo de 1,0, evidenciando continuidade do quadro de insuficiência financeira de curto prazo. A liquidez corrente passou de 0,21 em janeiro para 0,22 em fevereiro; a liquidez seca evoluiu de 0,15 para 0,16; e a liquidez geral recuou de 0,65 para 0,64. Tais indicadores revelam leve melhora nos índices de curtíssimo prazo, porém sem alteração substancial do diagnóstico global de solvência, uma vez que o Grupo continua com baixa capacidade de cobertura das obrigações exigíveis.

198. No campo econômico, fevereiro de 2026 apresentou reversão do resultado operacional positivo observado em janeiro, com retorno do resultado operacional antes do financeiro ao campo negativo, no montante de –R\$ 1.783 mil. A receita operacional líquida do mês totalizou R\$ 54.403 mil, em patamar praticamente estável em relação a janeiro, mas a combinação entre custos, despesas comerciais e despesas administrativas voltou a pressionar o desempenho operacional. A margem bruta de fevereiro ficou em aproximadamente 5,0%, abaixo da margem observada em janeiro (6,96%), enquanto a margem operacional retornou ao campo negativo, em aproximadamente –3,3%, demonstrando perda de eficiência econômica no mês.

199. No plano financeiro, o quadro permaneceu fortemente pressionado. No primeiro bimestre de 2026, a receita financeira acumulada atingiu R\$ 4.082 mil, ao passo que a despesa financeira acumulada alcançou R\$ 35.253 mil, produzindo resultado financeiro líquido negativo de R\$ 31.171 mil. A manutenção de despesa financeira em patamar muito elevado confirma que o peso do endividamento continua sendo um dos principais fatores limitadores da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Grupo. Assim, mesmo quando há relativa estabilidade da receita e algum controle sobre custos e despesas, a estrutura de capital ainda compromete fortemente o resultado final.

200. No âmbito patrimonial, o patrimônio líquido permaneceu fortemente negativo e voltou a apresentar deterioração em fevereiro/2026, encerrando o mês em –R\$ 540.033 mil, ante –R\$ 529.119 mil em janeiro/2026. A piora, embora moderada, demonstra que a melhora expressiva verificada no mês anterior não se consolidou integralmente, mantendo o Grupo em situação de insolvência técnica e de elevada fragilidade patrimonial. Em paralelo, a análise das rubricas patrimoniais e operacionais do mês indica que o Grupo segue dependente de disciplina rigorosa de caixa, gestão ativa do capital de giro, controle de custos e despesas e, sobretudo, redução da pressão financeira estrutural.

201. Em síntese, fevereiro de 2026 confirmou a continuidade das atividades e a preservação de parte da melhora obtida no início do exercício, mas também evidenciou recuo em indicadores relevantes,



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

especialmente no capital circulante líquido, no resultado operacional e no patrimônio líquido. O quadro geral permanece marcado por insuficiência estrutural de liquidez, elevada alavancagem e rentabilidade fragilizada, de modo que a execução do Plano de Recuperação Judicial continua dependente de avanço simultâneo em quatro frentes: (i) fortalecimento da margem operacional; (ii) estabilização do faturamento com efetiva conversão em caixa; (iii) reperfilamento e redução do custo da dívida; e (iv) aprimoramento contínuo da governança contábil, patrimonial e financeira.

202. Fatos relevantes do mês

203. Em fevereiro de 2026, o principal destaque patrimonial foi a recomposição moderada do passivo circulante, que passou de R\$ 1.057.120 mil em janeiro/2026 para R\$ 1.071.229 mil em fevereiro/2026, com aumento de R\$ 14.109 mil, equivalente a +1,3% no mês. O movimento interrompeu parcialmente a forte descompressão observada em janeiro e indica retomada pontual da pressão de curto prazo, embora em patamar ainda substancialmente inferior ao registrado no encerramento de dezembro/2025. Em paralelo, o ativo circulante elevou-se de R\$ 224.686 mil para R\$ 230.875 mil, com acréscimo de R\$ 6.189 mil (+2,8%), impulsionado principalmente pela recomposição de contas a receber, que passaram de R\$ 44.033 mil para R\$ 57.912 mil (+31,5%). Ainda assim, a elevação do passivo circulante superou o crescimento do ativo circulante, resultando em piora do capital circulante líquido, que passou de –R\$ 832.434 mil para –R\$ 840.354 mil.

204. Também se observaram movimentações relevantes em rubricas operacionais do ativo. Os estoques recuaram de R\$ 65.141 mil para R\$ 59.876 mil (–8,1%), os impostos e contribuições a recuperar diminuíram de R\$ 64.189 mil para R\$ 62.321 mil (–2,9%), enquanto os adiantamentos apresentaram leve recomposição, passando de R\$ 19.722 mil para R\$ 20.030 mil (+1,6%). No ativo não circulante, o imobilizado recuou de R\$ 531.577 mil para R\$ 526.623 mil (–0,9%), e o intangível passou de R\$ 159.536 mil para R\$ 158.984 mil (–0,4%), sinalizando continuidade da retração patrimonial dos ativos permanentes, porém em intensidade bem inferior à mutação relevante observada em janeiro.

205. Outro aspecto relevante foi a deterioração moderada do patrimônio líquido, que passou de –R\$ 529.119 mil em janeiro/2026 para –R\$ 540.033 mil em fevereiro/2026, com variação negativa de aproximadamente R\$ 10.914 mil (–2,1%). O movimento demonstra reversão parcial da melhora expressiva observada no mês anterior e reforça que a recuperação patrimonial do Grupo ainda não se consolidou de forma estrutural.

206. No campo operacional, o Grupo voltou a apresentar redução líquida do quadro de pessoal, com 30 admissões e 45 desligamentos em fevereiro/2026, resultando em saldo negativo de 15 postos de trabalho. O total consolidado passou de 1.416 para 1.401 colaboradores, o que representa retração aproximada de 1,1% no efetivo. O movimento ficou concentrado, sobretudo, na Rações Patense, com saldo de –12 postos, e, em menor grau, na Farol, com saldo de –3 postos, indicando retomada do ajuste operacional após a recomposição pontual observada em janeiro.



DANIEL THIAGO
ADVOCACIA, CONSULTORIA
E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

207. No plano financeiro, o quadro permaneceu fortemente pressionado. Ao final do primeiro bimestre de 2026, a receita financeira acumulada atingiu R\$ 4.082 mil, enquanto a despesa financeira acumulada alcançou R\$ 35.253 mil, resultando em resultado financeiro líquido negativo de R\$ 31.171 mil. O comportamento confirma que o elevado custo do endividamento continua sendo um dos principais fatores de deterioração do resultado consolidado e de limitação da recuperação econômico-financeira do Grupo.

208. Por fim, no tocante à conversão de mútuos intragrupo em AFAC, cumpre registrar que, até fevereiro de 2026, a operação não foi efetivada nem regularmente contabilizada. Embora tenha havido autorização judicial inicial em janeiro/2026, a efetivação foi posteriormente condicionada pelo Juízo à prévia e expressa verificação, pelo Administrador Judicial, da existência de prova documental idônea da efetiva transferência dos recursos, consignando-se que a mera apresentação de contratos e balancetes não constitui, por si só, prova inequívoca da tradição do capital. Além disso, sobreveio decisão em agravo de instrumento suspendendo os efeitos da autorização no ponto relativo à AFAC. Nesse contexto, a ausência de reconhecimento contábil inequívoco da operação nas demonstrações analisadas até fevereiro/2026 mostra-se compatível com o estágio processual e documental da controvérsia, não sendo tecnicamente correto tratar a AFAC, neste relatório, como operação realizada.

DANIEL THIAGO DA SILVA

ADMINISTRADOR JUDICIAL

OAB/MG – 104.53